

----- **ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA** -----

-----Mandato 2013-2017-----

----- **SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA – SEGUNDA REUNIÃO REALIZADA
NO DIA VINTE E UM DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE.**-----

----- **ATA NÚMERO SESENTA E QUATRO**-----

----- Aos vinte e um dias de abril de dois mil e quinze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo sétimo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sexto do seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, na Avenida de Roma, em Sessão Ordinária, sob a presidência da Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiliano Albuquerque Almeida Leitão, Primeiro Secretário, e pela Excelentíssima Senhora Rosa Carvalho da Silva, Segunda Secretária em Exercício-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro, Ana Maria Gaspar Marques, Ana Luísa Flores de Moura Regedor, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, António Modesto Fernandes Navarro, António José Amaral Ferreira de Lemos, Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Deolinda Carvalho Machado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando Manuel Moreno D’Eça Braamcamp, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Floresbela Mendes Pinto, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, John Law Rosas da Costa Jones Roque Baker, José Alberto Ferreira Franco, José António Cardoso Alves, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Roque Alexandre, Luís António de Lagos Viana Costa, Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal do Nascimento Lage, Margarida Maria Moura Alves da Silva Almeida Saavedra, Margarida Carmen Nazaré Martins, Maria Elisa Madureira Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Simoneta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Margarida de Morais, Mariana Rodrigues Mortágua, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Natacha Machado Amaro, Nelson Pinto Antunes, Patrícia Caetano Barata, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas

Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rita Susana da Silva Guimarães Neves Sá, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Romão da Conceição Bатуca Lavadinho, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado e Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista. -----

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, *a contrario sensu*, na linha d) do nº. 1, do artigo 3.º da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

-----Maria da Graça Pinto Ferreira, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Clara (PS), por um dia, tendo sido substituída pelo Senhor Deputado Municipal Luís António de Lagos Vian Costa. -----

----- Miguel Afonso da Silva Ribeiro Reis (BE), por um dia, tendo sido substituído pela Senhora Deputada Municipal Isabel Pires. -----

----- Carlos Silva Santos (PCP), por um dia, tendo sido substituído pelo Senhor Deputado Municipal Romão da Conceição Bатуca Lavadinho. -----

----- Miguel Tiago (PCP), por um dia, tendo sido substituído pela Senhora Deputada Municipal Natacha Amaro. -----

----- Fernando Nunes da Silva (IND), por um dia, tendo sido substituído pela Senhora Deputada Municipal Ana Regedor. -----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (IND) por um dia, tendo sido substituído pela Senhora Deputada Municipal Patrícia Caetano de Andrade. -----

----- Carlos de Apoim Vieira Barbosa (PSD) por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

----- Maria Luísa de Aguiar Aldim (CDS-PP) por um dia, tendo sido substituído pelo Senhor Deputado Municipal João Diogo Santos Moura. -----

----- Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia (CDS-PP) por um dia, tendo sido substituído pelo Senhor Deputado Municipal António José Amaral Ferreira de Lemos. -----

----- Davide Amado, Presidente da Junta de Freguesia de Alcântara (PS), por um dia, tendo sido substituído pela Senhora Deputada Municipal Margarida de Morais. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro (em representação do Senhor Presidente), Jorge Máximo, Paula Marques, Graça Fonseca, João Paulo Saraiva e João Afonso. -----

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Paulo Quaresma, João Gonçalves Pereira, Carlos Moura e Alexandra Barreiras Duarte. -----

----- Às quinze horas e quinze minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente** declarou aberta a Reunião. -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Como sabem Senhores Deputados Municipais hoje é um dia bastante intenso aqui na Assembleia Municipal, acabámos de fazer uma pequena cerimónia evocativa do centenário da 1ª. Grande Guerra e dos 41 anos do 25 de Abril, ambas sob o signo da defesa da paz, pela plantação de uma árvore no Jardim Fernando Peça, ala norte.-----

----- Agora vamos dar início à primeira parte dos nossos trabalhos de hoje porque nós hoje temos duas sessões diferentes, chamo a vossa atenção para que são duas sessões diferentes, a primeira parte dos trabalhos é uma continuação da Sessão Ordinária até às 18 horas. Às 18 horas teremos no foyer grande o lançamento do Roteiro Lisboa Imigrante para ao qual convidámos não só as Associações do Conselho de Interculturalidade e Cidadania, mas também as Embaixadas dos Países com comunidades migrantes em Lisboa e, portanto, os Senhores Deputados são naturalmente anfitriões e, portanto, espero que estejamos todos a receber os nossos convidados. -----

----- Às 18 horas e 30 minutos teremos a primeira sessão do nosso Debate Temático sobre Migrações e Demografia ou Demografia e Migrações que se inicia às 18 horas e 30 minutos, portanto, pedia a todos que procurássemos cumprir este calendário um pouco exigente mas naturalmente todas estas iniciativas são importantes para a Assembleia Municipal.-----

----- Informar todos os Senhores Deputados Municipais que as contas, a prestação de contas da Câmara Municipal de Lisboa relativas ao Ano de 2014 deverão dar entrada ainda hoje, eu esperei por elas hoje mas ainda não chegaram, penso que chegarão hoje à Assembleia Municipal, elas só vão ser votadas em Câmara no dia 29, na quarta-feira 29 de abril, não há portanto materialmente tempo para nós as apreciarmos antes do dia 30 de abril que é o prazo que o Tribunal de Contas nos pediu. -----

----- Eu vou officiar ao Tribunal de Contas a dar explicação sobre este problema e penso que poderemos agendar as contas para dar tempo a uma apreciação condigna, agendaremos as contas para o dia 10 de maio, portanto, elas entram desde já em apreciação, baixam à 1ª. Comissão, todas as outras Comissões e os Senhores presentes das outras Comissões que entenderem que querem intervir na matéria terão que se associar à 1ª. Comissão porque é a 1ª. Comissão que irá fazer pareceres sobre esses documentos e as reuniões da 1ª Comissão serão abertas, como naturalmente têm sido sempre aos Deputados Municipais que queiram participar na discussão e, portanto, Senhores Deputados o calendário será no dia 10 de maio, onde não estava ainda marcado nenhum calendário, a continuação e presumo que conclusão da Sessão Ordinária de abril para aprovarmos ou apreciarmos e logo vemos se aprovamos ou não os documentos de prestação de contas da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- O dia de hoje deveria ter sido dedicado a Declarações Políticas, mas eu tive receio que dado a esta acumulação de pontos de Ordem de Trabalhos as Declarações Políticas fossem prejudicadas e, portanto, as Declarações Políticas serão na próxima terça-feira dia 28, Declarações Políticas com apresentação de Moções e Recomendações se assim o entenderem e no dia 28 logo entenderemos que a Câmara Municipal de Lisboa, se haverá mais alguma matéria ou não, mas as Declarações Políticas seguramente.-----

----- No dia 3 teremos a 2ª. Sessão do Debate Temático e antes disso haverá uma Conferência de Representantes para ver se se acomoda a entrada de perguntas à Câmara, ou perguntas sobre Freguesias também no dia 3 ou não.-----

----- Estão-me a pedir uma interpelação à Mesa, a Bancada do Partido Comunista Português, a Senhora Deputada Municipal Deolinda Machado, o microfone à Senhora Deputada. Senhora Deputada é uma Interpelação à Mesa ou é já nos votos? É um Protesto. Venha ele.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Deolinda Machado (PCP)**, no uso da palavra fez o seguinte protesto:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente. Cumprimentar a Mesa, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Trabalhadores desta Casa e Público presente. -----

----- Não é Protesto, pela iniciativa que há bocadinho presenciámos e que apoiamos, mas é Protesto por aquilo que a Senhora Presidente acabou de referir e que nós aqui trazemos hoje, trazemos um problema iminente político e que é recorrente, ele prende-se com a gestão desta Assembleia e por isso o trazemos cá. -----

----- Uma vez a Senhora Presidente da Assembleia alterou a decisão da Conferência de Representantes de forma unilateral, o que foi decidido na última Conferência de Representantes foi que no dia 21 a Sessão seria dedicada a Declarações Políticas e no dia 28 seriam feitas perguntas à Câmara Municipal. -----

----- Sexta-feira passada, dia 17, recebemos a Ordem de Trabalhos e não há nenhuma menção nem nenhum ponto para Declarações Políticas e tanto quanto sabemos não houve qualquer contato com Representantes que levasse à supressão do ponto previsto e decidido em Conferência, ora isto inviabiliza qualquer planificação de trabalho por parte dos Grupos Municipais. -----

----- Considerámos inaceitável esta atitude de prepotência da Senhora Presidente! -----

----- Aproveito para chamar a atenção também do seguinte: o Grupo Municipal do PCP teve conhecimento do elenco de oradores da 1ª. Sessão do Debate Temático sobre Migrações e Demografia em Lisboa através de um *email* do Senhor Vereador João Afonso que a propósito do lançamento do Roteiro Imigrante divulga o referido Debate Temático, no mínimo isto causa alguma estranheza! Uma iniciativa da Assembleia Municipal ser conhecida no seu detalhe final através da Câmara! -----

----- Ora o que tinha sido acordado em Conferência de Representantes era que a Senhora Presidente faria chegar esta informação atempadamente aos Grupos Municipais e isso não aconteceu, para que conste e para que se corrija, para que vigore a democracia fica aqui o Protesto. Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra deu a seguinte resposta ao Protesto:-----

----- “Protesto registado, só eu também tenho que contra protestar contra a palavra “prepotência”, não houve aqui nenhuma intenção de prepotência, se foi assim interpretado pelo vosso Grupo lamento!-----

----- Houve uma intenção minha de tentar que os tempos que nós temos para as várias coisas sejam suficientes para as várias coisas que temos que fazer e penso que essa é a competência da Mesa, sendo que a Conferência de Representantes é um órgão

consultivo da Mesa, não é um órgão deliberativo! Mas é evidente que não é minha intenção de modo algum nem desrespeitar a Conferência de Representantes nem prejudicar os trabalhos de planificação da intervenção dos vários Grupos Municipais, portanto, pela minha parte penitencio-me, a responsabilidade é integralmente minha, não é dos meus colegas de Mesa, fui eu que achei que seria, uma vez que já tínhamos tantas coisas neste dia, seria prejudicial fazermos as Declarações Políticas à pressa para depois acabarmos em tempo de fazermos as outras coisas todas, essa foi a razão, portanto, desde já apresento o meu pedido de desculpas e naturalmente iremos em Conferência de Representantes na próxima semana iremos rever a ajustar o nosso calendário para que estas situações não voltem a ocorrer. -----

----- Quanto à questão dos Oradores do Debate Temático, eu dei indicações aos Serviços para fazer circular pelos Senhores Representes a lista dos oradores, se ela não vos chegou algum lapso terá havido porque tinham a obrigação de ter chegado, mas vou verificar o que é que se passou e qual terá sido o lapso. -----

----- Seja como for as propostas que o Partido Comunista fez, no caso concreto, para integrar a Mesa, foram integradas e fazem parte tanto na 1ª como na 2ª Sessão, já estão integrados os oradores propostos pela Bancada do Grupo Municipal do Partido Comunista Português. -----

----- Senhores Deputados municipais, posto isto vamos prosseguir. Nós hoje temos uma continuação de Sessão Ordinária e não tem PAOD, por essa razão também não há inscrição do público nesta fase dos nossos trabalhos, mas deram entrada na Mesa vários documentos que tenho que pôr à vossa apreciação. -----

----- Há dois Votos de Pesar pelo falecimento do José Mariano Gago, um apresentado por mim como Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa e outro apresentado pelo PNPB e que é relevante porque tem a ver com a ligação do Pavilhão do Conhecimento à figura de José Mariano Gago, Pavilhão do Conhecimento que está na Freguesia do Parque das Nações. -----

----- Depois temos um Voto que eu também apresentei pelo falecimento da Ana Vicente e há um Voto apresentado pelo Bloco de Esquerda sobre o Naufrágio no Mediterrâneo e há uma Moção apresentada por mim sobre o mesmo assunto do Naufrágio do Mediterrâneo, que assumiu uma forma de Moção uma vez que não é apenas o passar pelos falecimentos mas é um apelo às entidades nacionais e internacionais para agirem e, portanto, Senhores Deputados, eu irei dar a palavra. -----

----- Tenho aqui a indicação na Mesa que o Partido Socialista subscreve os dois Votos e a Moção que eu apresentei, presumo que também subscreverá todos os documentos que estão na Mesa, portanto, pergunto se há algum dos Senhores Deputados Municipais, os Independentes também subscrevem os documentos que estão na Mesa. -----

----- O Senhor Primeiro-Secretário pede-me uma correção na Moção, na parte referente à transcrição da Constituição, o que está aqui é o que está na Constituição da República, eu posso fazer a correção, mas o texto que está na Moção é rigorosamente decalcado da Constituição. Querem manter a vossa correção? Eu não tenho qualquer problema com isso, mas eu fui buscar o texto constitucional, como queiram, não ouço, mas digam-me por favor se querem, não há problema nenhum, não altero o sentido das

coisas e torna-as até mais específicas, só que o texto constitucional não era exatamente esse mas não tem qualquer problema, não somos obrigados, não estava sequer entre aspas creio eu, ou estava? Pois, não estava entre aspas portanto podemos perfeitamente acrescentar a vossa palavra. -----

----- O PAN também subscreve todos os documentos e nesta fase dos nossos trabalhos eu pergunto se há algum Senhor, o PNPN também subscreve todos os documentos que estão na Mesa. -----

----- Pergunto se alguma bancada quer usar da palavra para apresentar algum dos documentos que estão na Mesa. Ninguém pede a palavra para apresentar, nessa altura caberá à Mesa fazer a leitura dos documentos e é o que vamos passar a fazer, portanto, peço ao Senhor Primeiro-Secretário que faça o favor, para não ser o Senhor Primeiro-Secretário a ler tudo vamos ler em primeiro lugar os dois votos sobre o cientista José Mariano Gago. -----

----- Senhor Primeiro-Secretário faça o favor.” -----

----- **Voto de Pesar pelo Falecimento do Professor Doutor José Mariano Gago** -----

----- *“Voto de Pesar pelo cientista, democrata e grande português José Mariano Gago.* -----

----- *Ontem, ao meio-dia, junto aos edifícios das universidades, politécnicos, centros de investigação e centros Ciência Viva por todo o país, durante cinco longos minutos, cientistas, professores e estudantes perfilaram-se e, numa última homenagem, aplaudiram Mariano Gago. Um homem e um professor que todos reconhecem como grande português e grande reformador, que se considerava ele próprio "parte de uma geração que, na Europa, na América, e noutras partes do mundo, quis levar a ciência para a rua, levar a experimentação para a escola, trazer a argumentação científica para dentro dos debates de sociedade e para a decisão política democrática". Para ele "sem pensamento, sem diálogo estruturado sobre o porquê das coisas, sem controvérsia, sem enigma, sem verdadeira experimentação, não há ciência nem educação científica".* -----

----- *José Mariano Rebelo Pires Gago, nascido em 1948, licenciou-se em engenharia eletrotécnica pelo Instituto Superior Técnico, em 1971, onde se destacou como dirigente associativo. Bolseiro do Instituto de Alta Cultura nesse mesmo ano, partiu para Paris onde realizou o seu doutoramento em Física, pela École Polytechnique – Université Pierre et Marie Curie –, com uma tese sobre a produção e transferência de energia, concluída em 1976. Como físico, trabalhou no campo da aceleração e da colisão de partículas, das altas energias, exercendo funções no laboratório do CERN – Centre Européen de Recherche Nucléaire – em Meyrin, nos arredores de Genebra, a partir do mesmo ano de 1976.* -----

----- *A permanência de Mariano Gago na Suíça teve também como pano de fundo a sua militância contra a ditadura, que o inibiu de se restabelecer em Portugal até 1974. A seguir ao 25 de abril, conservou-se na Suíça, realizando estadias mais ou menos prolongadas em Portugal, onde colaborou em diversas iniciativas cívicas, nomeadamente em campanhas de alfabetização de adultos. Foi em Genebra que recebeu o convite para dirigir, em 1986, a Junta Nacional para a Investigação*

Científica e Tecnológica, cargo que manteve até 1989. Durante a sua gestão, foram promovidas as “Jornadas Nacionais de Investigação Científica e Tecnológica” (Maio de 1987), no contexto das quais são lançadas as bases para um primeiro “Programa Mobilizador da Ciência e da Tecnologia”, visando a inscrição da ciência portuguesa no contexto europeu e internacional, bem como a consolidação de uma cultura de informação e de trabalho em rede entre cientistas e instituições de ciência.-----

-----Tinha uma visão para Portugal em que a Ciência devia desempenhar um papel impulsionador, como explicou no “Manifesto para a Ciência em Portugal” (1990) e, mais tarde, em “O futuro da cultura científica» (1994)”. Foi um dos responsáveis pela criação da Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica, gestora da inovadora rede dos centros Ciência Viva. Entre 1995 e 2002, foi ministro da Ciência e da Tecnologia, lançando então o “Programa Ciência” e a “Unidade de Missão Informação e Conhecimento” para o desenvolvimento da Sociedade da Informação em Portugal. Entre 2005 e 2011, foi novamente chamado ao governo, na qualidade de ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Em 2011, retornou ao Instituto Superior Técnico, de que foi professor catedrático, e ao LIP - Laboratório de Instrumentação e Física de Partículas, de que foi Presidente até à data do seu prematuro falecimento. -----

----- Membro da Academia Europeia de Ciência, fundada em 1988, Mariano Gago foi agraciado com o título de Comendador da Ordem de Sant’Iago da Espada, em 1992. -

----- A Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em 21 de Abril de 2015, delibera: ----

----- a) Expressar a sua homenagem ao cientista, democrata e patriota que foi José Mariano Gago, reconhecendo o seu contributo ímpar para a Ciência e para o desenvolvimento em Portugal;-----

----- b) Aprovar um voto de pesar pelo seu falecimento e exprimir os seus pêsames à família; -----

----- c) Recomendar à Câmara Municipal que perpetue a sua memória na toponímia da cidade. -----

----- Lisboa, 21 de Abril de 2015. -----

----- A Presidente da Assembleia Helena Roseta.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra prosseguiu:-----

----- “Muito obrigada Senhor Primeiro-Secretário. -----

----- Vou agora pedir à Senhora Segunda-Secretária que leia o Voto de Pesar n.º 2/64 apresentado pelo PNP.”-----

----- **Voto de Pesar pelo Falecimento do Professor Doutor José Mariano Gago** ----

----- “Foi com profunda consternação que a Junta de Freguesia do Parque das Nações tomou conhecimento da morte do Prof. Doutor José Mariano Gago, no dia 17 de abril de 2015. -----

----- Nascido em Lisboa a 16 de maio de 1948, José Mariano Gago licenciou-se em Engenharia Eletrotécnica, no Instituto Superior Técnico (1971), e doutorou-se em Física, na Universidade de Paris (1976). -----

----- Cientista e investigador português de referência, Mariano Gago foi presidente da Junta Nacional de Investigação e Científica e Tecnológica e do Laboratório de Instrumentação e Física Experimental de Partículas, tendo desempenhado funções de ministro da Ciência, Ensino Superior e Tecnologias em quatro legislaturas (XIII, XIV, XVII e XVIII Governos Constitucionais). -----

----- Em 1992, foi feito Comendador da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, mas o seu prestígio extravasou as fronteiras do Estado Português tendo recebido em 1999, a Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco (Brasil), a Grã-Cruz da Ordem de Isabel a Católica, (Espanha), em 2007, e a Grã-Cruz com Estrela da Ordem de Mérito (Alemanha), em 2009. “) -----

----- A memória de José Mariano Gago ficará para sempre associada ao Parque das Nações através do Pavilhão do Conhecimento, localizado na nossa freguesia, e da criação do programa Ciência Viva, em 1996, que, mais do que estimular o gosto pela aprendizagem das ciências, promoveu uma real democratização do acesso ao conhecimento científico. -----

----- Embora seja uma competência da Administração Central, a Junta de Freguesia do Parque das Nações gostaria de ver associado o nome de José Mariano Gago ao Pavilhão do Conhecimento - Ciência Viva, homenageando o seu legado e perpetuando a sua memória junto das gerações vindouras. -----

----- Assim, proponho à AML a aprovação de um voto de pesar e a proposta de atribuição do nome de José Mariano Gago ao atual Pavilhão do Conhecimento - Ciência Viva que deverá ser dirigida ao Primeiro-Ministro e ao Ministro da Educação e Ciência.-----

----- O Deputado Municipal José Moreno.-----

----- Lisboa, 21 de abril de 2015.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra prosseguiu:-----

----- “Muito obrigada Senhora Segunda-Secretária. -----

----- Vamos dar agora leitura ao Voto de Pesar n.º 3/64, “Ana Vicente, uma cidadã exemplar” -----

----- **Voto de Pesar pelo Falecimento de Ana Vicente**-----

----- “Voto de Pesar – Ana Vicente, uma cidadã exemplar. -----

----- Nascida em 1943, filha de mãe inglesa e pai português, foi professora e tradutora no início da carreira, e depois do 25 de Abril trabalhou na Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, instituição da qual foi presidente entre 1992 e 1996. -----

----- Esteve também ligada ao Programa Nacional de Combate à Droga, Projeto VIDA, e trabalhou nos gabinetes de Maria de Lourdes Pintassilgo e de Maria Leonor Beleza. Foi consultora do Fundo das Nações Unidas para a População e membro do Movimento Internacional “Nós Somos Igreja”.-----

----- Publicou vários livros, entre os quais Arcádia – Notícia de uma Família Anglo-Portuguesa (2006) no qual contou a história da sua família, *As Mulheres em Portugal na Transição do Milénio* (1998); *As Mulheres Portuguesas vistas por Viajantes*

Estrangeiros, séc. XVIII, XIX e XX (2000 e 2001); *Ser Igreja*, organizado em conjunto com Leonor Xavier (2007). Foi também autora de livros infantis: *O H Perdeu uma Perna*; *Para que serve o Zero?*; *Onde está o Mi?*; *Onde acaba o Arco-Íris?*; *Como passa o Tempo?*, todos com ilustrações de Madalena Matoso (entre 2005 e 2008).-----

----- *Foi uma grande defensora dos direitos das mulheres. Como afirmou ao Público em 2013, considerava que 'Não há um feminismo, há feminismos. (...) A minha definição é muito alargada. Significa um movimento social, talvez dos mais importantes do século XX, porque transformou, e está a transformar, as relações entre as pessoas de uma forma profunda. Os feminismos são uma caminhada importantíssima e baseada numa justiça que o ser humano busca desde sempre: a da igualdade. A de as pessoas serem consideradas porque são pessoas e não porque são mulheres ou homens.'* -----

----- *Encarou com muita coragem a doença de que veio a falecer. Nessa mesma entrevista, afirmou: "Tenho fé, mas sei que quem a não tem pode ter as mesmas experiências que eu: encarar a mortalidade mais ou menos próxima, ninguém sabe, com naturalidade, e desfrutar de novas amizades que se podem encontrar, inclusive, entre os profissionais de saúde que frequentemente nos circundam".* -----

----- *A Assembleia Municipal reunida em 21 de Abril de 2015 delibera homenagear a cidadã exemplar que foi Ana Vicente, aprovando um voto de pesar pelo seu falecimento, e expressar os seus pêsames à família.* -----

----- *Lisboa, 21 de Abril de 2015.* -----

----- *A Presidente da Assembleia Municipal Helena Roseta."* -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra continuou:-----

----- *"Muito obrigada Senhor Primeiro-Secretário, se não for abusar de si, eu pedia-lhe para ler o Voto de Pesar n.º 4/64 que é um pouco mais extenso, que a Senhora Segunda-Secretária lerá depois a Moção, é quase a mesma coisa."* -----

----- **Voto de Pesar pelo Naufrágio no Mediterrâneo** -----

----- *"VOTO DE PESAR PELO NAUFRÁGIO NO MEDITERRÂNEO.* -----

----- *Em menos de uma semana, entre dia 12 e dia 18 de Abril, perderam a vida mais de 1000 pessoas que procuravam chegar a Europa. Às 400 vítimas do passado dia 12, juntaram-se na noite de sábado para domingo, dia 18 de Abril, mais de 700 mortes. Cada dia, são resgatadas entre 500 e 1000 pessoas, entre elas, crianças, mulheres e jovens. Números em constante aumento. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), 3419 migrantes perderam a vida, no ano de 2014 e mais de 170.000 foram resgatadas ao abrigo do programa Mare Nostrum. São mais de mil, as mortes, só no primeiro trimestre deste ano.*-----

----- *Já em Outubro e Novembro de 2013, mais de 500 pessoas morriam, nas costas de Lampedusa. Na altura, o cenário de centenas corpos de crianças, mulheres e jovens alinhados na praia comoveu a opinião pública. O Papa Francisco faria aliás a sua primeira deslocação a Lampedusa para marcar uma posição clara de indignação sobre a tragédia que estava a acontecer às portas da Europa, numa quase total indiferença e desafiar a Europa para uma outra política de imigração.*-----

----- *Estes migrantes estão dispostos a entregar a sua vida a traficantes mafiosos, cada vez mais violentos que os espoliam e assassinam, fugindo dos seus países devastados pela guerra e pela miséria.*-----

----- *Da Nigéria à Eritreia, da Síria ao Iémen, do Paquistão ao Iraque, os bandos armados que se digladiam e empurram centenas de milhares para a fuga para a morte, são o produto da geopolítica internacional, começando pelo caos líbio, donde partem os navios da morte desde que Kadhafi e a sua ditadura já não estão presentes para transformar o sul da Líbia num imenso campo de retenção de candidatos a imigração a troco de financiamento da União Europeia.*-----

----- *O aumento exponencial de mortes explica-se obviamente pelo aumento do número de potenciais candidatos à imigração. E isto é da responsabilidade direta da União Europeia e da sua política de gestão dos fluxos migratórios. O fim da operação “Maré Nostrum” e a sua substituição pelo programa “Triton” sob direção e coordenação da Frontex traduziu-se numa simples vigilância passiva e apenas a jusante do problema e, portanto, objetivamente cúmplice dos mafiosos traficantes, por omissão e desresponsabilização.*-----

----- *As lágrimas de crocodilo e as declarações de circunstância dos dirigentes da Europa perante esta tragédia não podem esconder o papel da política bilateral da União Europeia com os países de origem dos migrantes nestas mortes. Enquanto a União Europeia teimar em manter a migração na esfera dos negócios e não dos direitos, liberdades e garantias assentes em valores de humanidade e solidariedade, continuaremos a ser confrontados com estas tragédias.*-----

----- *Enquanto continuarmos a dizer que não há solução, continuarão a morrer mais pessoas inocentes. A solução é, antes de mais, política e passa forçosamente pela eliminação da Frontex, pela aplicação do direito do asilo a quem foge da guerra e da miséria e sobretudo, pela garantia da liberdade de circulação e de instalação nos diversos países da União Europeia*-----

----- *Esta tragédia, maior e mais dramática que o naufrágio nas águas de Lampedusa, em Outubro e Novembro de 2013, em que morreram mais de 500 pessoas na altura, recorda-nos que à porta do Velho Continente, para além de uma das mais mortíferas rotas está um dos maiores cemitérios mundiais.*-----

----- *Responder ao ciclo vicioso deste drama humanitário, que ceifa milhares de vidas todos os anos, passa pelo reconhecimento das insuficiências da política europeia, do falhanço da estratégia da Europa fortaleza, dos campos de detenção e das deportações em massa dos refugiados económicos e de guerra.*-----

----- *Assim, a Assembleia Municipal de Lisboa, reunida em plenário **expressa o seu profundo pesar por este triste acontecimento e presta homenagem a todas as vítimas.***

----- *Lisboa, 21 de Abril de 2015.*-----

----- *As eleitas e os eleitos do Bloco de Esquerda, Ricardo Robles e Mariana Mortágua.”*-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra continuou:-----

----- “Muito obrigada Senhor Primeiro-Secretário. Agora pedia à Senhora Segunda-Secretária para ler o último documento que deu entrada na Mesa, que é uma Moção sobre este mesmo tema do Mediterrâneo.”-----

----- (Seguidamente a Senhora Segunda-Secretária leu a Moção n.º 1/64 Retificada que é anexa a esta Ata como Anexo I e dela faz parte integrante)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra prosseguiu:-----

----- “Muito obrigada, muito obrigada Senhores Secretários por me ajudarem nesta tarefa delicada a ler estes documentos como eles foram apresentados, hoje não havia outra maneira de vos dar a conhecer integralmente o seu teor, há portanto uma sugestão do Partido Comunista Português no penúltimo ponto da Moção onde se fala em Direitos do Homem substituir por “Direitos Humanos”, não há qualquer problema nessa substituição e há um ou outro erro de ortografia para que chamarei a atenção dos serviços para que antes de mandarmos as Deliberações para Boletim Municipal. -----

----- Irei agora passar para as votações, portanto, Senhores Deputados Municipais, pedia a vossa atenção, nós vamos fazer primeiro as votações e só no final das votações é que faremos o minuto de silêncio que engloba estes vários Votos de Pesar. -----

----- **O Voto de Pesar n.º 1/64** pelo falecimento de José Mariano Gago, cientista e democrata e grande português. Quem vota contra? Não há votos contra. Quem se abstém? Não há abstenções. Está **aprovado por unanimidade**.-----

----- **O Voto de Pesar n.º 2/64**, do PNP, também sobre o falecimento de José Mariano Gago. Quem vota contra? Não há votos contra. Quem se abstém? Não há abstenções. Está **aprovado por unanimidade**.-----

----- **O Voto de Pesar n.º 3/64** pelo falecimento da Ana Vicente. Quem vota contra? Não há votos contra. Quem se abstém? Não há abstenções. Está **aprovado por unanimidade**.-----

----- **O Voto de Pesar n.º 4/64** apresentado pelo Bloco de Esquerda sobre o Naufrágio no Mediterrâneo. Quem vota contra? Não há votos contra. Quem se abstém? Não há abstenções. Está **aprovado por unanimidade**.-----

----- Finalmente a **Moção n.º 1/64** também sobre o mesmo tema do Mediterrâneo. Quem vota contra? Não há votos contra. Quem se abstém? Não há abstenções. Está **aprovada por unanimidade**.-----

----- Muito obrigada Senhores Deputados Municipais, encerrado este ponto da nossa Ordem de Trabalhos vamos então fazer um minuto de silêncio naturalmente.”-----

----- (Neste momento fez-se um minuto de silêncio relativo aos Votos de Pesar.)-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa**, no uso da palavra prosseguiu:-----

----- “Muito obrigada Senhores Deputados Municipais. -----

----- Informar-vos que agora na continuação da Sessão Ordinária o Senhor Presidente da Câmara faz-se representar pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, o Senhor Vereador Duarte Cordeiro. -----

----- Tenho que informar também que a Senhora Vereadora Catarina Vaz Pinto e o Senhor Vereador Manuel Salgado me comunicaram que não poderiam estar presentes,

em todo o caso estão outros colegas da Vereação e se houver dúvidas o Senhor Vice-Presidente estará em condições naturalmente de nos esclarecer. -----

----- A Ordem de Trabalhos que temos para esta Sessão foi a que transitou da Reunião anterior e vamos começar pelo Relatório de Atividades da Assembleia Municipal. Tenho uma pequena apresentação uma vez que o Relatório foi elaborado pela Mesa, por mim em particular, uma pequena apresentação com um resumo do que está contido no Relatório e depois temos para pôr à votação a Proposta n.º 2/PAM/2015 que subscrevi, e as Recomendações 11/57 e 14/57, apresentadas respetivamente pelo MPT e pelo Partido Socialista sobre matérias que se prendem com o funcionamento desta Assembleia e com a relação com a Câmara Municipal de Lisboa.”-----

----- **PONTO 1 - APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL OUTUBRO 2013 – DEZEMBRO 2014 E DA PROPOSTA 2/PAM/2015, COM AS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES RESULTANTES DO MESMO, AO ABRIGO DA ALÍNEA K) DO N.º 2 DO ART.º 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS (RJAL), PUBLICADO EM ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO E DA ALÍNEA M) DO Nº 2 DO ARTIGO 4º DO REGIMENTO – 2X GRELHA BASE – 68 M; APRECIACÃO E VOTAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES N.º 11/57 (MPT), ‘POR UM MAIOR ESCRUTÍNIO PÚBLICO DAS REUNIÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA’ E N.º 14/57 (PS), ‘PELA CONTINUAÇÃO DA POLÍTICA DE APROFUNDAMENTO DOS MECANISMOS DE ACESSO E PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NA GESTÃO MUNICIPAL’.**-----

----- (A Proposta n.º 2/PAM/2015 fica anexada a esta Ata como Anexo II e dela faz parte integrante).-----

----- (A Recomendação n.º 11/57 fica anexada a esta Ata como Anexo III e dela faz parte integrante).-----

----- (A Recomendação n.º 14/57 fica anexada a esta Ata como Anexo IV e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte exposição:-----

----- “Irei então passar agora, pedia aos serviços que me dessem passagem aqui para o computador, e vou passar à apresentação que está aqui em computador. -----

----- Senhores Deputados Municipais é apenas para lembrar aqueles Deputados que não puderam ler o Relatório e porque isto reflete o nosso trabalho, de todos, e pareceu-me importante que ficasse registado. Esta apresentação era para ter sido feita a semana passada mas não há problema, apresenta-se hoje.-----

----- A atividade da Assembleia Municipal desde a Tomada de Posse em outubro de 2013 até ao final de dezembro de 2014 foram realizadas 53 Reuniões Plenárias, 251 Reuniões de Comissões e Grupos de Trabalho, das quais 238 Reuniões de Comissões Permanentes.-----

----- O número de reuniões por Comissão Permanente está expresso neste gráfico e como veem foras a 1ª e a 3ª Comissões que reuniram mais vezes, seguidas pela 7ª Comissão e as outras restantes Comissões. -----

----- Está aqui também no fundo do gráfico as Reuniões da Comissão de Acompanhamento da Colina de Santana e do Grupo de Trabalho do Regimento. -----

----- Os documentos emitidos por Comissão naturalmente que o número de reuniões nem sempre é proporcional ao número de documentos emitidos, há matérias mais complexas, que demoram mais tempo a serem analisadas, é o caso concreto do que se passa na 3ª Comissão e também na 7ª e na 6ª, temos outras matérias que são apreciadas mais sucintamente e permite uma equiparação maior entre o número de reuniões e o número de documentos emitidos. -----

----- Também há Comissões que recebem menos documentos, portanto, há um impulso inferior de iniciativas para analisar. -----

----- Em matéria de Relatores temos o PS que assegurou 63% dos Relatórios, o PSD 21,1% e depois os restantes Partidos 3,5% o PCP, 3,5% do CDS/PP, 5,3% dos Independentes, creio eu, e os restantes dos outros grupos municipais. -----

----- A iniciativa das Deliberações da Assembleia, falta ali a palavra Assembleia, Deliberações da Assembleia por iniciativa em 2013 temos 63% foram da iniciativa da própria Assembleia e 38% de iniciativa da Câmara; em 2014 a proporção é um bocadinho diferente mas parecida, ou seja, a maioria das Deliberações desta Assembleia não são da iniciativa da Câmara, o que é de registar, mostra que a Assembleia tem um trabalho político para além de responder àquilo que é a sua missão de aprovar ou chumbar as propostas do Executivo.-----

----- Quanto à natureza das iniciativas da Assembleia, portanto, temos a verde que aqui foram Propostas da própria Assembleia, temos a negro o que foram Moções; a amarelo Recomendações e a azul Votos e vê-se aqui, portanto, que o grosso são Recomendações, 46% das iniciativas da Assembleia, o que significa como sabem que as Recomendações são deliberações políticas que se dirigem à Câmara Municipal e, portanto, fazem parte do exercício do poder de fiscalização do Executivo da Assembleia Municipal, as outras são matérias de natureza política ou outra. -----

----- Quanto ao resultado das iniciativas apresentadas em Assembleia Municipal tivemos 64% aprovadas, 18% aprovadas com alterações e 18% não aprovadas. A percentagem de aprovação de Moções, Recomendações e Votos é bastante elevada com uma média geral superior a 80% e de 77% para as Recomendações. -----

----- Aqui temos a distribuição por Partidos, neste caso das Moções em 2014 o relatório apresenta moções, Recomendações e Votos em 2013 e 2014, a distribuição por Partidos e o respetivo resultado, onde se vê a cor azul escura representa as aprovações e azul claro aprovado com retificações e a verde são as propostas que foram retiradas, a vermelho são as rejeitadas, não, a verde são as que foram aprovadas parcialmente. Azul-escuro, azul claro e verde de algum modo ficam registadas nas Deliberações, as restantes não.-----

----- A mesma coisa é para as Deliberações, isto também em 2014. -----

----- Quanto à fiscalização do Executivo houve Sessões com a Informação Escrita do Presidente em todas as Sessões Ordinárias; houve um Debate anual sobre o Estado da Cidade; houve Declarações Políticas mensais; houve Sessões de Perguntas à Câmara e perguntas sobre Freguesias nos prazos trimestrais e semestrais que estão no Regimento e 91 Requerimentos apresentados pelos diversos Grupos Municipais; houve Declarações Políticas mensais; houve Sessões de perguntas à Câmara e perguntas sobre Freguesias nos prazos trimestrais e semestrais que estão no Regimento e 91 Requerimentos apresentados pelos diversos Grupos Municipais, dos quais mais de metade, até ao final de 2014 ainda não tinham tido resposta do Executivo. -----

----- Aqui está uma distribuição dos Requerimentos por Partidos, por Grupo Municipal, com os que foram respondidos, a azul ou a verde e os não respondidos a vermelho, evidentemente que em 2015 alguns destes Requerimentos de 2014 já foram respondidos mas o Relatório de Atividades cinge-se à data de 31 de dezembro de 2014. -----

----- Quanto à participação dos cidadãos, tivemos 70 intervenções no período aberto ao público em todas as Sessões, 112 nos dois Debates Temáticos realizados em 2014, 9 Petições em entradas com 250 assinaturas ou mais, das quais 6 foram daqui deste Plenário em 2014 com intervenção direta dos primeiros subscritores e aqui está em gráfico o Público inscrito nas Sessões Ordinárias e Extraordinárias que são os Debates Temáticos sobre tudo onde vemos, e antes em antes no princípio da Sessão. É sobretudo nas Sessões Extraordinárias que há mais público inscrito e há muito mais Sessões Extraordinárias do que Ordinárias. -----

----- Quanto à participação nos Debates Temáticos temos aqui um gráfico que mostra os oradores convidados e o público inscrito, o público inscrito assinalado a verde em quantidade bastante superior à dos próprios oradores convidados. -----

----- As Petições entradas também com o seu número de subscritores, toda esta informação está no *site* da Assembleia Municipal, aqui o Organigrama dos Serviços em que está marcado a amarelo e a laranja os serviços propriamente ditos de Apoio à Assembleia Municipal e a verde os gabinetes de Apoio Político, que são constituídos por deliberação da Câmara e que servem para apoiar quer a Mesa quer os diferentes Grupos Municipais ou Deputados Independentes. -----

----- Quanto aos Eventos realizados no Fórum tem havido um crescendo de Eventos, o grosso são eventos promovidos por Associações, está marcado a vermelho escuro os que foram com preço reduzido, a verde os que tiveram patrocínio da Câmara ou da Assembleia, portanto, foram gratuitos, e com preço normal creio que tivemos apenas um Evento de uma entidade que pagou o preço normal. -----

----- Quanto a visitas ao sítio da Assembleia Municipal de Lisboa o sítio só arrancou em meados de 2014, portanto, aqui as estatísticas das visitas estão só a partir de julho e são também num crescendo, veremos agora 2015 como é que isto se configura. -----

----- As origens dos acessos ao *site* da Assembleia, 48% é acesso direto, 28% resultam de motores de busca, 19% vêm por outros sítios, apenas 4% vêm da Câmara Municipal de Lisboa, nós pensamos que eventualmente será útil promover junto da

Câmara Municipal de Lisboa e dos seus serviços um melhor conhecimento da existência do sítio e de toda a informação que ele dispõe.-----

----- Quanto à Execução Orçamental em 2014 basicamente ela é absorvida pelas senhas de presença e subsídio de transporte, as outras despesas que estavam previstas não se realizaram e tivemos uma pequena despesa com a realização dos eventos comemorativos dos 40 Anos do 25 de Abril. Esta elevada taxa de execução diz respeito apenas e é importante sublinhar isto à orgânica da Assembleia Municipal, não inclui a remuneração dos trabalhadores da Câmara que estão aqui nem as prestações de serviços dos Gabinetes de Apoio, os Orçamentos da Orgânica Assembleia Municipal são cerca de meio milhão de euros por ano, o que representa 0,1% do Orçamento Anual do Município pelos que os custos de funcionamento deste Órgão Democrático do Poder Local são efetivamente quase irrelevantes à luz das despesas gerais do Município! É importante sublinhar isto porque para esta participação tão escassa nas despesas do Município temos uma responsabilidade enorme nas decisões que é preciso tomar em nome do Município de Lisboa.-----

----- Pronto, Senhores Deputados Municipais, está feita a apresentação sumária e vamos agora entrar na discussão da **Proposta n.º 2/PAM/2015**, da **Recomendação n.º 11/57** e da **Recomendação n.º 14/57**, e há várias inscrições na Mesa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS/PP)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros Deputados Municipais, Caro Público.-----

----- Na apreciação do Relatório de Atividades desde o início do Mandato até dezembro último e enquanto Deputado também no último Mandato gostaria de destacar em primeiro lugar o salto qualitativo no que respeita à metodologia de trabalho da Assembleia Municipal. -----

----- Fruto da Reforma Administrativa e ao contrário do que muitos argumentaram com base na redução significativa dos eleitos temos atualmente uma Assembleia mais plural mas também mais participativa e esse reconhecimento deve ser feito aqui publicamente porque muito do trabalho não tem visibilidade externa, como é o caso das Comissões. -----

----- As inúmeras Propostas, Recomendações, Petições e documentos analisados nessa sede têm demonstrado não apenas o interesse dos Deputados Municipais na sua observação e na resolução dos problemas da cidade mas também a utilidade que espelham através de análises ponderadas, criteriosas e construtivas auscultando os responsáveis executivos, os serviços camarários, os cidadãos e as forças vivas de Lisboa. -----

----- Por outro lado o instrumento de Gestão do Órgão, o Regimento, foi trabalhado no início do Mandato no sentido de tornar a ação fiscalizadora do Executivo mais prática e efetiva, em simultâneo com o debate político, apresentação de ideias e abertura à sociedade. -----

----- Outro aspeto que importa salientar é a participação dos cidadãos nos desígnios da Cidade, algo fundamental, pelo que o CDS sempre se pautou! Criticar é sempre importante mas ganha preponderância se as exposições forem apresentadas nos locais próprios, isto é, nas Reuniões de Câmara e de Junta públicas, mas também nas Reuniões de Assembleia Municipal e de Freguesia e o expoente máximo dessa participação vislumbra-se, para além dos Debates Temáticos na apresentação das Petições que ao longo de 2014 foram avaliadas pelas Comissões e cujos contributos vieram certamente ajudar a apontar soluções. -----

----- Atualmente o trabalho da Assembleia Municipal ganhou visibilidade externa, aumentou o seu peso junto dos cidadãos sobretudo pela clarificação da razão de existência de um Órgão Fiscalizador e quais as suas competências reais.-----

----- É de salientar também a abertura da Casa da Cidadania através dos Debates Temáticos, mas também e na opinião do CDS nas Sessões de Perguntas, onde temos que apresentar situações da nossa Cidade fazendo eco das preocupações dos lisboetas que nos vão chegando por vários meios. -----

----- No caso destes dois modelos e penso que é consensual, há que procurar adaptá-los às necessidades de melhoramento e eficácia do debate político, mas principalmente no sentido de maior adesão dos cidadãos.-----

----- Por outro lado importa destacar também que a maioria das Deliberações do Órgão tiveram origem em documentos produzidos pela Assembleia Municipal, o que traduz todos os argumentos entretanto expostos, se há matéria em que este Executivo não se pode queixar é da falta de iniciativa da Assembleia e na recomendação de soluções para matérias com responsabilidade e competência. Acima de tudo a Assembleia fiscaliza mas também propõe, ajuda a abrir caminhos, gere a massa crítica onde todos e cada um de nós sai a ganhar, em particular a cidade de Lisboa. -----

----- Sublinho ainda um trabalho pouco visível mas imprescindível para o bom desenrolar dos trabalhos e que tem sido o esforço do consenso gerado nas Reuniões de Conferência de Representantes.-----

----- O CDS gostaria de também de deixar uma nota de saudação e reconhecimento ao trabalho dos funcionários desta casa que se têm demonstrado sempre empenhados no melhor acompanhamento das atividades da Assembleia. -----

----- Por fim e no que respeita às preocupações manifestadas pelo CDS e que são transversais à maioria das Bancadas não podemos deixar de assinalar a ausência de respostas pelo Executivo a requerimentos por nós apresentados ou respostas fora dos prazos previstos pela legislação em vigor, nomeadamente previstos na Lei 75/2013 e no Código do Procedimento Administrativo.-----

----- Embora haja um trabalho na procura direta de esclarecimentos junto das forças vivas da cidade a ausência de respostas por parte do Executivo dificulta o trabalho de fiscalização desta Assembleia, aliás é de registar que em respeito à relação das Deliberações tomadas na Assembleia, Votos, Moções Recomendações, quer a Requerimentos o Executivo Camarário tem elaborado até 31 de março passado o Relatório de Avaliação do Estatuto do Direito da Oposição conforme o disposto na Lei 24/98 de 26 de maio, o que não sucedeu. -----

----- Se assim o fosse estaríamos a propor apenas Recomendações ao Executivo, mas também a perceber do ponto de vista do Executivo a relação de respostas positivas e negativas ou nulas aos documentos ora descritos. Na ausência dessa Relatório, que enriqueceria certamente o debate de hoje e a relação institucional, as Recomendações hoje apresentadas que subscrevemos tentam encontrar mecanismos de monitorização que garantam o cumprimento de prazos bem como de respostas cabais efetivas e satisfatórias por parte do Executivo Camarário que estamos certos só serão eficazes se o mesmo Executivo assimilar esta necessidade democrática e legal de resposta numa lógica de maior cooperação, transparência e respeito entre os Órgãos e os seus eleitos, Poder e Oposição, esse deverá ser também um dos propósitos do futuro Grupo de trabalho, melhorar o articulado do Regimento indo ao encontro destas necessidades, mas também garantir a colaboração da Câmara e granjear mais e muito melhores boas práticas.-----

----- Por fim e relativamente às Recomendações apresentada e em relação à proposta do MPT é pertinente mas preferiríamos que não houvesse necessidade de ser apresentada uma vez que as Atas das Reuniões de Câmara são públicas e à semelhança da Assembleia Municipal, também de várias Freguesias, deveriam encontrar disponibilizadas nos devidos *sites* para consulta dos cidadãos conforme também previsto na Lei.-----

----- Quanto à Recomendação do PS revemos nas preocupações apontadas e também nas Recomendações apresentadas pelo Grupo que apontam para uma maior transparência e melhoria no acesso à informação camarária, pelo que também iremos votar favoravelmente. Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Excelentíssima Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, Senhores Vereadores, Caros Colegas, Público presente.-----

----- Discutimos hoje neste plenário o Relatório de Atividades da Assembleia Municipal de Lisboa, correspondente ao período de 2013 a dezembro de 2014, do qual resulta a proposta 2/PAM/2015.-----

----- O Partido da Terra na generalidade corrobora com as conclusões e recomendações resultantes destes documentos uma vez que os mesmos serão uma importante ferramenta de apoio à fiscalização levada a cabo por esta Assembleia.-----

----- Face ao exposto o Partido da Terra destaca três pontos que são fulcrais para o exercício das funções de fiscalização: o primeiro ponto, a fraca resposta do Executivo às Recomendações aprovadas nesta assembleia, Problemas graves da cidade continuam por ser resolvidos apesar das promessas de que algo está a ser feito ou a ser projetado, porém e infelizmente são palavras que não passam de mera retórica política.

----- O segundo ponto, a ausência de resposta da Câmara Municipal aos Requerimentos efetuados pelas diversas forças políticas. Em 2014 todas as bancadas tiveram iniciativa tendo-se contabilizado 83 Requerimentos, dos quais 11 foram respondidos no prazo regimental, 29 fora do prazo e os restantes 43 não obtiveram qualquer resposta.-----

----- O terceiro ponto, a necessidade de melhorar o funcionamento das Perguntas à Câmara e às Juntas de Freguesia. O elevado número de questões efetuadas pelos grupos municipais na maior parte das vezes ficam sem resposta devido ao facto de o Executivo não dispor de tempo necessário para responder. De acrescentar que o Partido da Terra considera que as perguntas às Juntas de Freguesia são um atropelo institucional pois estes organismos possuem o seu próprio Órgão de fiscalização, no nosso entender o atual modelo não passa de uma versão de perguntas à Câmara mas territorialmente mais específicas pelo que deveria ser reconsiderado. -----

----- Para finalizar aguardamos expectantes que a Câmara Municipal acolha e implemente as Recomendações presentes na Proposta 2/PAM/2015, contribuindo assim para melhorar as condições de fiscalização deste Órgão. -----

----- Em relação às Recomendações que são votadas neste ponto o Partido da Terra irá acompanhar favoravelmente as mesmas dado que defendemos que o escrutínio público e a transparência são elementos fundamentais para a democracia. Assim o Partido da Terra defendo o caminho seguido pela Assembleia em rumo da transparência pelo que na Recomendação 11/57 agendada neste ponto propomos que a Câmara siga um caminho semelhante ao praticado por esta Assembleia começando por publicar as Atas integrais das suas Reuniões na plataforma *online*, mas sobretudo melhorar a informação sobre as propostas discutidas. Disse.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Alves (PS)** fez a seguinte intervenção: ---

----- “Senhora Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Vice-Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caras e Caros Colegas.-----

----- Começava a minha intervenção de análise do Relatório de Atividades por uma saudação aos trabalhadores da Assembleia Municipal pela sua dedicação e pelo esforço que têm sempre empreendido para que o órgão de facto hoje tenha o sucesso que reconhecidamente está espelhado neste Relatório e a eles também uma primeira palavra de homenagem. -----

----- Também saudar o trabalho que todas as forças políticas têm procurado desenvolver e com sucesso na esmagadora maioria dos casos, através da Conferência de Representantes para conseguirmos levar a bom porto o desafio de transformar a Assembleia Municipal num local cada vez mais participado, cada vez mais próximo dos cidadãos e este extenso e rigoroso Relatório de facto é o espelho desta aposta renovada e redobrada de transparência na participação, na intervenção cidadã a partir da Assembleia Municipal e se é certo que há muitas Recomendações que nos permitem dar um passo em frente, portanto, reconhecer aquilo que correu bem e laborar nisso e também emendar um bocadinho a mão naquilo que possa não ter sido o ótimo, portanto, as Recomendações vão precisamente no sentido de beneficiarmos desta análise e de poder visitar o Regimento nalguns aspetos que até já foram referidos nas intervenções anteriores tornando mais eficaz e mais capaz de dar a resposta à Assembleia Municipal, é inegável que temos que fazer um balanço muito, muito, muito positivo do Trabalho da Assembleia Municipal, primeiro porque enfrentava como nunca até hoje o desafio da implementação da Reforma Administrativa e a vários níveis a Assembleia Municipal também foi um ator e um

interveniente decisivo nesse esforço que da perspectiva nossa, pelo menos das Juntas de Freguesia mas admito que de todos os Eleitos Locais muito contribuiu para o esclarecimento e o acompanhamento permanente das dificuldades que a Reforma lança e vai continuar a lançar porque obviamente é um processo complexo e é um processo que vai demorando o seu tempo a se enraizar, mas por outro lado também a ideia de que há princípios de pluralismo e de transparência de abertura à população transformam efetivamente a Assembleia Municipal num local próprio para o exercício da cidadania.-----

----- A cidadania a sua raiz etimológica vai precisamente à cidade e não há melhor exemplo do que uma cidade que se consegue apetrechar de Órgãos e de Instituições que dão essa resposta e dão essa resposta quer através do trabalho realizado nas Sessões Planárias e nas Comissões mas em particular e esse é também um aspeto a sublinhar, a realçar, a valorizar no Relatório, o trabalho que os Debates Temáticos representaram de modificação e de abertura ade procedimentos para com todos aqueles que conosco queiram discutir os problemas da cidade e que por isso também foram capazes de enriquecer o trabalho quer da Assembleia Municipal quer do Município. -----

----- Mas não obstante um reforço de qualidade de trabalho, se quisermos do exercício das competências da Assembleia Municipal ela também foi capaz de ao longo do período em análise, mas desde o início do Mandato, de ser também um local de cultura e um local de memória e a revitalização deste espaço e a abertura deste espaço também para outras utilizações e para outras realizações promovidas pela própria Assembleia Municipal, fazendo um contacto adicional com os residentes, beneficiando diretamente os que residem mais próximo, mas todos aqueles que na cidade de Lisboa aqui podem vir à procura de cinema, de teatro, de realizações culturais, aqueles que podem olhar para a fachada a ver ali refletido também a forma como recordamos o 25 de Abril através do mural que lá se encontra, em parceria com a GAU, aqueles que aqui também se dirigem em todas as sessões, não apenas para exercer os seus direitos cívicos mas também para beneficiar dos direitos à fruição cultural e é um papel em que a Assembleia Municipal penso que soube também inovar e ser representativa e ser também valorizadora do papel, se quisermos, patrimonial até, deste espaço histórico e emblemático da cidade de Lisboa. -----

----- Aqui não resiste só à farpa, não é à farpa, mas à necessidade do reforço da componente para o apetite dos Deputados Municipais, que é resolvermos o problema do concessionário que eu acho que todos os presentes muito satisfeitos ficariam porque auxiliaria a esta componente de dinamização da fruição cultural e também das sessões mais longas, mas eu penso que também é um aspeto que já está a ser preparado e que é daqueles que enquadrámos seguramente na criação de um espaço de fruição permanente por todos os residentes. -----

----- Mas já me alongo muito sobre o Relatório, queria deixar duas breves notas sobre também o que é discutido a propósito dele, nomeadamente as duas recomendações formuladas e apresentadas pelo MPT e pelo Partido Socialista, em ambas está patente uma necessidade que é a de continuarmos a reforçar o conhecimento que os cidadãos

têm dos trabalhos da Autarquia e dos seus Órgãos e obviamente que também encontrarmos mecanismos para replicar também em todas as esferas de intervenção municipal, o acesso à documentação que é abordada e que é aprovada nos Órgãos Municipais. -----

----- Infelizmente em relação ao projeto do MPT temos apenas uma reserva quanto ao primeiro ponto, que é o do conhecimento integral das Atas da Câmara uma vez que por razões técnicas as Atas existem apenas sob formato da gravação e no caso das gravações das reuniões que são privadas obviamente que pode colocar-se retroativamente o problema de os próprios Vereadores quando em sessão privada obviamente poderem ter, enfim, ter este contexto do carácter privado da sessão, obviamente não está em causa o acesso integral, completo, ao conhecimento de todas as Deliberações e de todo o conteúdo, mas efetivamente existindo apenas como único suporte documental a gravação pode ser tecnicamente difícil a colocação no ar através de *site*, digamos que o documento que neste caso é apenas a gravação. -----

----- Evidentemente que o caminho que apontamos na Recomendação e na Resolução que apresentamos é o de se fazer esse reforço através da disponibilização de mais informação, através da disponibilização de todas as Atas através precisamente da sua desgravação e na existência disponibilizada, mas para que isto se possa fazer em forma acessível e sem esta dificuldade e, portanto, é o único ponto em que infelizmente não podemos fazer esse acompanhamento, mas de qualquer maneira precisamente da resolução da Recomendação do PS vai nesse sentido de ir ao encontro das obrigações de transparência administrativa, ao encontro daquilo que é o acesso dos cidadãos aos documentos e também não só às deliberações mas também aos documentos instrutórios que são eles relevantes, obviamente que podemos caminhar e eu penso que a Assembleia Municipal tem sido absolutamente exemplar e dá bons exemplos aos Órgãos do Município, dá bons exemplos ao resto das autarquias do país e por isso também podemos continuar a melhorar e é com esse espírito que apresentamos a Recomendação. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente, Senhora e Senhor Secretários, Senhor Vice-Presidente, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados. -----

----- Nós saudamos a Assembleia, saudamos a Mesa e os trabalhadores deste Órgão deliberativo por este Relatório, pelo trabalho efetuado, pensamos que em relação a um ponto mais frágil de facto que foi sempre a resposta da Câmara Municipal a requerimentos, propostas, documentos apresentados. Houve uma fase em que fazíamos um levantamento periódico e trazíamos a cada membro da Assembleia esse levantamento das respostas, das não respostas, etc., acho que devíamos considerar isso e regularmente fazer esse trabalho, mas a nossa intervenção....” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte interpelação: -----

----- “O Senhor Deputado desculpe-me tê-lo interrompido, mas estava-se a dirigir a mim e esse levantamento está sempre disponível no *site* da Assembleia Municipal.” ---

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** no uso da palavra prosseguiu com a sua intervenção: -----
----- “Mas na altura era entregue a cada Deputado Municipal para saber realmente qual era o ponto da situação. -----
----- Bom, notas sobre a intervenção para a intervenção sobre a Proposta n.º 2/PAM/2015 que é o balanço da atividade da Câmara e grupo de trabalho para alteração do Regimento. -----
----- Nós em relação à parte deliberativa da Proposta apresentada em Reunião de Conferência de Representantes temos a pedir a votação em separado das seguintes alíneas, que é a alínea d) e Regimento da AML e à contrario, é claro, remetendo para o seu anexo 1 onde se defendem os tempos para intervenção nas Sessões de Perguntas e nas Sessões de Perguntas sobre matérias referentes às Freguesias, só com alterações a esses anexos se conseguirão alterar os tempos de intervenção, algo que deveria passar em nosso entendimento pela constituição de uma Comissão eventual, por um grupo de trabalho para esse efeito, evitando-se alterações casuísticas antes de qualquer alteração regimental e no caso dos tempos para intervenção. -----
----- Verifica-se que por exemplo são diminutos no PAOD para os Grupos Municipais os tempos, o que levanta a necessidade de um alargamento também aí em sede de revisão do Regimento. -----
----- Pedíamos também a votação em separado da alínea e), ou a norma é tornada mais específica ou votaremos contra. Na sequência do que ocorreu na preparação do Debate Temático sobre a Colina de Santana e presentemente com a preparação do Debate Temático subordinado ao tema “Erradicação da Violência Contra as Mulheres”, aliás já passado no Grupo Municipal do PCP, considera que é imprescindível a criação de regras claras para a preparação e organização de futuros debates, de modo a que se proceda formalmente à comunicação a todos os Grupos Municipais desta Assembleia por parte de quem tem a responsabilidade de promover iniciativa indicando os prazos para entrega de propostas quer quanto ao formato do Debate em apreço quer ainda quanto à indicação de intervenientes nas mesas dos respetivos painéis ou sessões, bem como informando sobre os critérios que fundamentam as decisões tomadas durante o processo de preparação e organização do Debate Temático respetivo, o que continua a não ser suficientemente claro e objetivo na proposta de deliberação sobre a Proposta 2/PAM/2015. -----
----- Também a votação em separado da alínea h), se não for alterada votaremos contra. O Grupo Municipal do PCP considera que atual Norma Regimental, o disposto no número 8 do Artigo 79 do Regimento, que a seguir se transcreve “As Reuniões das Comissões podem ser abertas à comunicação social em razão do interessa da matéria a tratar e por Deliberação prévia dos seus Membros tomadas por maioria”, se deve manter explícita nesta oportunidade e explícita nesta oportunidade que o entendimento que faz do carácter prévio da Deliberação dos Membros das Comissões é diferente do facto consumado, isto é, a Comissão quando consciencializa uma data e uma agenda para tratamento de qualquer assunto deve nesse momento decidir se em razão da matéria em apreço irá ou não abrir essa reunião à presença da comunicação social e

em caso afirmativo divulgará da forma que entender mais conveniente essa decisão junto da comunicação social, isto é, a decisão deve ser tomada antes da convocação da comunicação social e não depois, nem a decisão da sua presença para acompanhar os trabalhos de qualquer Comissão deverá ser tomada face à presença da comunicação social, à espera já no local. -----

----- Finalmente os pontos 3 e 4 pedíamos a votação também em separado destes dois pontos, que podem ser um conjunto. O Grupo Municipal do PCP considera que a Revisão do Regimento da Assembleia Municipal não carece de tratamento urgente pelo que defende que todas as matérias que eventualmente existam por parte dos Grupos Municipais e não apenas da Mesa da Assembleia deverão ser coligidas e só mais adiante virem a ser objeto de uma apreciação prévia e específica em sede da Conferência de Representantes dos Grupos Municipais. -----

----- Até ser revisto o Regimento deve ser cumprido em vez de casuisticamente ser alterado. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado, há apenas um ponto que tem que ser aqui esclarecido, nunca foi feita convocação da comunicação social para nenhuma reunião de nenhuma Comissão. A comunicação social solicita a participação em reuniões quando vê pelo agendamento das Ordens de Trabalho das Comissões as matérias que vão ser discutidas, é bom que isto fique claro porque não houve iniciativa nunca, pelo menos por parte da Mesa, de chamar jornalistas para nenhuma espécie de Comissão e seria um extravasar das nossas competências fazê-lo e, portanto, a coisa processa-se desta maneira, através de verem as agendas no *site* é que depois solicitam se podem participar ou não e eu reenvio essas solicitações aos Presidentes das Comissões respetivas.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigada Senhora Presidente, Senhores Secretários, Senhor Vice-Presidente, Senhores Vereadores e Senhores Deputados.-----

----- Sobre o relatório de atividades da Assembleia Municipal de Lisboa, “Os Verdes” querem, em primeiro lugar, saudar a iniciativa e agradecer à Senhora Presidente da Assembleia e a todos os que contribuíram para a elaboração deste documento, e também a todos os trabalhadores que, através do seu contributo empenhado, tornam possível o funcionamento desta Assembleia. -----

----- Consideramos que é um relatório muito completo, que além de um resumo da atividade deste órgão, dispõe também de um conjunto de conclusões e recomendações que nos permitirão melhorar e agilizar a atividade e o funcionamento da Assembleia Municipal.-----

----- Tudo o que permita que a Assembleia cumpra melhor e de forma mais rigorosa as suas funções é importante e deve ser posto em prática e acreditamos que seguindo estas recomendações, isso será possível. -----

----- Claro que também depende muito da recetividade da Câmara e do empenho de cada um de nós enquanto eleitos e representantes dos munícipes de Lisboa.-----

----- Com base nestas recomendações será também possível abrir ainda mais as portas desta Assembleia aos cidadãos, para debater assuntos de grande importância para a cidade.-----

----- Concordando de uma forma geral com o relatório e com as recomendações, gostaríamos de destacar alguns aspetos.-----

----- Uma das questões sobre as quais é importante esta Assembleia propor, no âmbito deste relatório, prende-se com os requerimentos e com a falta de resposta por parte da Câmara Municipal. Este tem sido um assunto recorrentemente levantado nas Conferências de Representantes e aqui em plenário, pois os requerimentos permitem-nos obter informações importantes, e o executivo, ao não responder a mais de metade, parece não lhes reconhecer a importância que têm, além de demonstrar um certo desrespeito e desconsideração pelo trabalho dos Grupos Municipais.-----

----- Assim, parece-nos importante que se tente melhorar a capacidade de resposta por parte do executivo aos requerimentos através de informação contida no relatório da Informação Escrita do Presidente que é apresentada em todas as sessões ordinárias, para que este documento possa servir para mais facilmente acompanharmos e fiscalizarmos a atividade do executivo e não ser apenas um instrumento de mera propaganda deste.-----

----- Congratulamo-nos igualmente pelo facto de se propor que seja enviada mensalmente, pela mesa da Assembleia à Câmara, a listagem de requerimentos não respondidos, quando seja ultrapassado o prazo regimental para o efeito, ou seja, 30 dias.-----

----- No que diz respeito ao funcionamento das sessões de perguntas à Câmara e de perguntas sobre Freguesias, entendemos que o volume de temas e o número elevado de questões possa dificultar a gestão e o cumprimento dos tempos, mas achamos fundamental que a Câmara seja objetiva e rigorosa nas respostas que dá, permitindo uma efetiva resposta pelo executivo a todas as questões formuladas.-----

----- Independentemente de podermos aprofundar esta matéria posteriormente, deixamos aqui esta nota no sentido de a Câmara também fazer um esforço para, tendo os temas com a devida antecedência, se poder munir das respostas necessárias.-----

----- Revemo-nos igualmente na recomendação de uma monitorização mais cuidadosa da implementação das deliberações aprovadas na Assembleia que, a maioria delas, sendo concretizadas, representariam uma melhoria significativa para a qualidade de vida na cidade.-----

----- Estamos plenamente de acordo com o facto de devermos trabalhar no sentido de haver uma maior participação de todos os deputados municipais e dos munícipes nos debates temáticos como, aliás, defendemos na última sessão do debate sobre a erradicação da violência contra as mulheres.-----

----- Para terminar, reforço a satisfação de “ Os Verdes” pela elaboração deste relatório por parte da senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa e de todos os que contribuíram para este trabalho, esperando que as recomendações nele contidas sejam

concretizadas de forma a termos uma maior capacidade de acompanhamento e fiscalização do executivo e de termos uma Assembleia mais aberta e mais próxima dos cidadãos. Obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- O balanço da atividade é um momento importante para refletirmos e para podermos realizar o que correu bem e o que correu mal e sobretudo para corrigir o que correu mal e melhorar o que correu bem. -----

----- É imprescindível fazer esse balanço e é este o momento para o fazermos e por isso queria também aproveitar para cumprimentar a Mesa e a sua Presidente pelo excelente trabalho que foi feito com este Relatório, é minucioso, é rigoroso e sobretudo dá uma boa imagem do que foi feito durante este período, mas há alguns dados que se destacam e gostaria de vos deixar algumas notas sobre isso. -----

----- Um dos dados importantes é que as iniciativas, as Propostas por iniciativa da Assembleia Municipal são maioritárias relativamente às propostas que aqui chegam por iniciativa da Câmara Municipal de Lisboa, ou seja, o papel fiscalizador deste Órgão é importante mas também há uma pro-atividade de uma iniciativa própria da Assembleia Municipal que por acaso até é maioritária relativamente às propostas que aqui chegam da Câmara Municipal de Lisboa e isso é de louvar. -----

----- Existem também, existe também o tal papel fiscalizador da Assembleia Municipal nas Declarações Políticas, na Informação Escrita pelo Presidente, as Perguntas à Câmara e as Perguntas sobre Freguesias e esse é também um momento importante que ocupa parte do nosso trabalho nesta Assembleia, mas há um dado importante que também é nossa competência e que se reflete neste Relatório e reflete também em algumas das propostas que são apresentadas, que são os Requerimentos apresentados pelos Grupos Municipais. -----

----- Foram apresentados neste período 91 Requerimentos e o que nos diz o Relatório é que a maioria deles não foi respondida! É urgente que haja medidas para podermos sanear este problema, para tentarmos controlar as respostas aos Requerimentos porque de facto são iniciativas dos Grupos Municipais, Grupos Municipais que ficam sem resposta e que naturalmente não podem ficar nesse estado. -----

----- Há também um dado que marca este Relatório e que marca este período e que são as iniciativas de Debates Temáticos na Assembleia Municipal de Lisboa. Os gráficos que ali foram mostrados foram bastante claros sobre isso, dois desses Debates são determinantes para a nossa atividade e foram determinantes sobretudo pela participação que envolveram e falo dos Debates sobre os Transportes e sobre a Colina de Santana, mas sobretudo sobre este, sobre a Colina de Santana foi interessantes perceber como é que a evolução da discussão, a evolução do que era uma proposta à partida bastante consolidada, bastante determinada e bastante fechada do Executivo, como é que com a participação de todos nós Deputadas e Deputados Municipais mas também e sobretudo com a participação de muito público, lisboetas individualmente ou algumas organizações coletivas da cidade, como é que foi possível atingir um

desenvolvimento do Debate que culminou não sei se poderei chamar uma derrota, mas pelo menos um recuo importante da Câmara Municipal de Lisboa, portanto não é uma derrota, com certeza que é uma vitória para a cidade, que não fosse avante aquele projeto na Colina de Santana, portanto, acho que estejamos todos, todos os Grupos Municipais estão de parabéns pela forma como se envolveram e pela forma como conseguiram amadurecer a discussão sobre a Colina de Santana e perceber que o que estava a ser previsto era um erro crasso e com grande impacto na cidade de Lisboa. ----

----- Muito rapidamente sobre as propostas que estão em cima da Mesa e que votaremos. Sobre a Recomendação do PS que visa sobretudo agilizar a disponibilização de informação, sobretudo *online* e portanto melhorar a informação disponibilizada, naturalmente que estamos de acordo com isso e que votaremos favoravelmente, mas é preciso sobretudo que haja vontade política do Executivo para que esta disponibilização de informação seja implementada. A Câmara Municipal de Lisboa tem todos os meios, tem muito mais meios do que a Assembleia Municipal e a Assembleia Municipal tem, acho eu, um bom exemplo no seu *site* na forma como expõe e disponibiliza a informação aos cidadãos de Lisboa e, portanto, é importante que haja esta Recomendação mas é importante que ela seja bem recebida pelo Executivo e que haja vontade política para implementar. -----

----- Dou-vos um exemplo de protocolo entre a Câmara Municipal de Lisboa e a ANA Aeroportos, foi anunciado no *site* da Câmara Municipal de Lisboa....”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte interpelação: -----

----- “Senhor Deputado Municipal desculpe-me, há muito barulho na sala. -----

----- Senhores Deputados Municipais está um colega a falar e eu peço aos Senhores Deputados silêncio na sala, se tiverem alguma coisa a falar com colegas podem sair lá fora e falar, porque se torna muito difícil acompanhar os trabalhos. -----

----- Está aqui um Senhor Deputado Municipal, aqui de pé, de costas viradas para a Mesa e a falar com os colegas e a não ligar nenhuma ao que eu estou a dizer! Eu acho uma falta de respeito Senhores Deputados Municipais!-----

----- Pode continuar Senhor Deputado Municipal.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Ricardo Robles (BE)** no uso da palavra prosseguiu com a sua intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhora Presidente. -----

----- Portanto, referia-me ao protocolo entre a Câmara e a Ana Aeroportos que foi anunciado com um comunicado de imprensa, e muito bem, no *site* da Câmara Municipal de Lisboa e que no final tinha uma pequena nota a dizer “Brevemente estará disponível o documento original do protocolo” e, portanto, não só não foi disponibilizado esse protocolo no *site* para os cidadãos de Lisboa poderem ver, como também foi retirada esta pequena nota a dizer que seria disponibilizado em breve e, portanto, é uma questão de transparência e de disponibilidade política para colocar ao serviço da população e ao dispor da população toda a documentação relevante. -----

----- Depois a documentação do MPT sobre a publicação de Atas e a publicação de propostas da Câmara Municipal de Lisboa naturalmente que a vamos seguir, achamos

que é determinante, aliás, temos um Requerimento apresentado entregue em janeiro de 2014 sobre as Atas, em que requeremos as Atas de Reuniões de Câmara Municipal de Lisboa e que ainda não foi respondido e, portanto, a bem da transparência seria importante ter estes documentos disponíveis *online*. -----

----- Por último, a proposta da Presidente da Assembleia Municipal que naturalmente vamos subscrever, subscrever e aprovar e destacamos a necessidade de monitorizar as respostas do Executivo aos Requerimentos entregues pelos Grupos Municipais. Obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Moreno (PNPN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente, Distinta Mesa, Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados, Caro Público presente, muito boa-tarde a todos.-----

----- Venho aqui apenas para muito brevemente lhe dizer que o Relatório que estamos aqui a apreciar prestigia esta casa, prestigia também a Mesa e Vossa Excelência em particular e os trabalhadores desta Assembleia pelo trabalho excelente que mostra e que foi desenvolvido ao longo deste período em análise, efetivamente queria e não podia deixar de salientar isto. -----

----- Por outro lado é evidente que algumas fragilidades do nosso trabalho, essas fragilidades também do meu ponto de vista estão muito bem identificadas nas conclusões e nas recomendações do Relatório que obviamente iremos acompanhar com o nosso voto, da mesma forma que acompanharemos também com o nosso voto algumas das outras recomendações que também são colocadas e que estão aqui também em análise, nomeadamente apresentadas pelo Partido Socialista e também pelo Partido Comunista. -----

----- Era apenas isto que queria dizer, já muito foi dito sobre o Relatório e de facto penso que é, que espelha bem o muito trabalho, o bom trabalho que se fez nesta casa e Vossa Excelência teve aí um papel decisivo importante ao imprimir a dinâmica que conseguiu imprimir aos nossos trabalhos ao longo de todo este tempo e que resultou naquilo que hoje nós estamos aqui a analisar. Muito obrigado Senhora Presidente.” ----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados Municipais, depois da Senhora Deputada Municipal temos mais um Senhor Deputado Municipal inscrito e a Câmara também pediu a palavra para se pronunciar uma vez que tem sido aqui muito invocada e naturalmente quererá ter alguma coisa a dizer. Senhora Deputada Municipal faça o favor.”

----- **A Senhora Deputada Municipal Floresbela Pinto (IND)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde Senhora Presidente, Senhoras Secretárias, Senhores Vereadores, Caras Colegas e Caros Colegas Deputados Municipais, Caro Público presente e Caros Funcionários. -----

----- De facto sobre este Relatório queremos como Deputados Independentes saudar a iniciativa da Mesa, nomeadamente da Senhora Presidente em elaborar este Relatório

que espelha de forma objetiva o funcionamento desta casa da cidadania ao longo deste período. Saudar também o trabalho dos trabalhadores desta casa, os trabalhadores municipais que têm prestado todo o apoio aos Grupos Municipais e a esta Assembleia por forma a fazer funcionar eficientemente e dizer que vamos subscrever também as Recomendações e Propostas que estão subjacentes a este Relatório. -----

----- Dizer também que acompanharemos as Recomendações do MPT e do PS relativamente a um alicerçar do funcionamento dos mecanismos de funcionamento tanto da Câmara Municipal quanto da Assembleia no pressuposto que de facto aqui para o próximo ano consigamos ter um Relatório que espelhe uma melhoria no trabalho da Assembleia e da Câmara Municipal no que refere ao escrutínio da atividade da Câmara Municipal. Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Victor Gonçalves (PSD)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Senhores Membros do Executivo, Caros Colegas Deputados. -----

----- Eu estou nesta Assembleia já há bastantes anos, aliás, como eu tem aqui alguns resistentes, nomeadamente estou a ver ali o Deputado Municipal Modesto Navarro também que já é veterano nesta Assembleia. -----

----- É a primeira vez que é discutido e que é apresentado um Relatório de Atividades daquilo que é o trabalho desenvolvido pela Assembleia Municipal e eu congratulo-me que isso seja feito, embora reconhecendo também que estão aqui a menosprezar ou a pôr em menos valor, a menorizar todos os anteriores Presidentes da Assembleia, desde José Saramago, a João Amaral, a Modesto Navarro, Paula Teixeira da Cruz, Simonetta Luz Afonso e agora a Senhora Presidente que temos que reconhecer que deu a esta Assembleia e aos seus trabalhos uma nova vivacidade, um novo espírito. -----

----- Poderemos algumas coisas pôr em dúvida, não concordar tanto mas no cômputo geral é altamente positivo o trabalho desenvolvido pela Assembleia-Geral sob a Presidência da Arquiteta Senhora Helena Roseta e reconheço também que os próprios Grupos Municipais têm procurado desenvolver um trabalho mais eficaz, mais dentro daquilo que são as necessidades de uma da Assembleia no sentido da fiscalização da atividade da Câmara. -----

----- A Câmara, essa nem sempre tem correspondido àquilo que é o desejo da Assembleia e não corresponde e continua a não corresponder em relação àquilo que era o passado, no passado já era assim. -----

----- Eu só quero recordar que esta Assembleia produz anualmente talvez centenas de Recomendações e centenas de Moções, das quais uma grande maioria são aprovadas pela Assembleia e se dirigem a situações que têm que ser geridas pela Câmara. A Câmara que eu saiba nunca deu resposta a nenhuma, pelo menos nunca foi evidente essa resposta, a Câmara ignora essas Recomendações, é como se não existissem na maior parte dos casos, elas vivem e apenas vivem o momento aqui presente. As Recomendações que são feitas à Câmara, à atividade da Câmara e outras circunstâncias vivem o momento em que elas aqui são expostas! Eventualmente a comunicação social faz delas algum relato, mas depois não se sabe mais nada, não se

sabe o que acontece, não se sabe o que foi feito, não se sabe aquilo que produziram, que efeito produziram negativo ou positivo relativamente à vontade expressa pela Assembleia.-----

----- Portanto, eu congratulo-me sinceramente com a apresentação, e o PSD naturalmente, com a apresentação deste Relatório que é muito completo, que está muito bem feito, portanto, há aqui um louvor que tem que ser prestado à Mesa da Assembleia e à Senhora Arquiteta Helena Roseta, como sua Presidente, de facto porque é a primeira vez que é feito e é bem feito, e aquilo que se recomenda na Proposta 2/PAM/2015 também o Partido Social Democrata está de acordo, nomeadamente naquilo que são a necessidade de que a Câmara dê respostas mais eficazes, mais urgentes nos tais 30 dias a tudo aquilo que lhes é solicitado.-----

----- Eu sugeri há tempos que até fosse criado dentro da Câmara um setor qualquer ligado à Presidência que se encarregasse de canalizar essas propostas para os vários departamentos ou para os vários Vereadores que têm a responsabilidade dessas matérias e que depois também se encarregasse de que essas respostas fossem transmitidas à Assembleia, não só à Mesa mas a todos os Partidos Políticos no sentido de se saber qual foi o seguimento que elas tiveram, há milhares! Senhores Deputados Municipais há milhares de Propostas, Moções, Requerimentos e Recomendações que foram feitas nesta Assembleia ao longo dos muitos anos que eu estou aqui presente que nunca tiveram qualquer tipo de resposta por isso é importante que essa obrigação, essa obrigação da Câmara seja de facto vincada para que todos nós saibamos qual é o destino daquilo que é aqui aprovado, porque é aqui aprovado, portanto, se é aprovado é porque a maioria do Senhores Deputados Municipais aqui presentes estão de acordo com essas propostas, que a maioria dos representantes da cidade estão de acordo com essas propostas. -----

----- Por que razão é que a Câmara não lhe dá seguimento?-----

----- Por que razão é que a Câmara as ignora olímpicamente?-----

----- Não faz sentido. Por isso eu congratulo-me e agradeço esta proposta e naturalmente que o PSD irá votar favoravelmente a Proposta n.º 2/PAM/2015, com o reconhecimento e com um Voto de Louvor pela atividade que tem vindo a desenvolver e espero que no futuro isto continue e que se aperfeiçoe, nomeadamente ao nível das comissões que se aperfeiçoe.-----

----- Este grupo de trabalho, penso que pode ter um papel importante no desenvolvimento dos trabalhos da Assembleia Municipal e faço votos que continuemos assim, mas também faço votos e desejo que a Câmara tenha uma atividade de melhor relacionamento com a Assembleia Municipal. Talvez com esta nova, a nova composição que a Câmara tem, talvez isso e com mais alguma juventude, que a câmara consiga ter melhor relacionamento com a Assembleia Municipal. Eram os votos que eu fazia.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “É só para dizer ao Senhor Deputado Municipal Vítor Gonçalves que com esta idade começamos a perder um bocadinho a memória, mas eu tenho memória, que de

facto, durante o mandato de João Amaral e de mim próprio a seguir fazíamos relatórios anuais com base nos relatórios das comissões e do trabalho da Assembleia Municipal. E no meu caso concreto fizemos um relatório de final de mandato, sobre todo o mandato. Foi aqui apresentado e foi aqui discutido.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito obrigado Senhor Deputado Municipal, é sempre bom corrigir informações que possam ser injustas, e portanto, neste caso fica feita a retificação.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quero em primeiro lugar cumprimentá-la a si e através desse cumprimento cumprimentar todos os Deputados Municipais de todos os grupos, pelo relatório que foi aqui apresentado e pelo trabalho que tem sido desenvolvido na Assembleia Municipal.-----

----- E entendemos que a Assembleia Municipal de Lisboa é sem dúvida uma referência do ponto de vista autárquico, daquilo que deve ser o funcionamento de uma assembleia municipal. E é, para muito orgulho da cidade de Lisboa e também deste Executivo, uma assembleia que tem, no nosso entender, todas as condições, todos os recursos, para que se faça um bom trabalho e uma boa oposição.-----

----- Desde logo é um exemplo e é um fator distintivo de todas as outras assembleias municipais, pelo menos naquilo que diz respeito, volto a dizer, acho que é uma constatação óbvia de que não faltam recursos para que esse trabalho seja um bom trabalho e para que seja feita uma boa oposição.-----

----- Dizer que o Executivo toma muita atenção em relação ao relatório que é apresentado, em relação às sugestões e recomendações feitas, pese embora, se nos permitem, obviamente discordar de algumas das avaliações que aqui foram apresentadas. Eu acho que é de bom senso que um relatório da Assembleia Municipal diga, por princípio, que o principal problema foi a ausência de informação do Executivo, acho que parece-me que algo será comum, com certeza, a todos os relatórios de todas as assembleias municipais, e talvez de todas as assembleias municipais no passado.-----

----- Mas não me parece, objetivamente, que independentemente de podermos sempre melhorar o nosso trabalho, melhorar sempre a nossa relação com a Assembleia Municipal, que se possa referir que este Executivo não tenha estado permanentemente disponível para responder à Assembleia Municipal, de todas as formas e feitios que essas questões ou requerimentos possam surgir. Porque, perdoem-me, eu acho que a divergência também é um aspeto positivo no convívio salutar entre a Assembleia Municipal e também o Executivo.-----

----- Volto a dizer, pese embora nós constarmos que podemos sempre melhorar o nosso trabalho, levamos muito a sério as recomendações que são feitas. Entendemos que o Executivo sempre esteve disponível, e nomeadamente, este Executivo ao nível daquilo que são as sessões específicas para perguntas e respostas, informação do Presidente, penso que nesse capítulo tem um escrutínio e tem, nomeadamente, uma disponibilidade para o escrutínio permanente e constante. -----

----- Que também existe por vezes, admito que sim, alguma redundância no que diz respeito a requerimentos que são colocados por escrito, mas que depois são colocados aqui de forma oral. E que haja também um trabalho que possa ser feito nessa matéria, porque acreditamos que não faltam oportunidades para colocar ao Executivo qualquer questão que surja da parte de qualquer Grupo Municipal e nunca este Executivo se disponibilizou tanto para em qualquer momento, em qualquer confronto que aqui se coloca, responder às perguntas que são colocadas e confesso que independentemente de podermos ter algum atraso nas respostas de alguns requerimentos, atraso esse como foi dito pela Senhora Presidente e bem, não é necessariamente à data aquele que está apresentado nos gráficos que aqui foram colocados. Isso não significa por natureza que nós não estejamos a qualquer momento e a qualquer hora, disponíveis para as questões que são colocadas ou disponíveis para dar algum tipo de informação que seja necessária ao trabalho do Executivo. -----

----- Também entendemos que isso não significa que nós não tenhamos que ter alguma humildade na avaliação daquilo que pode ser a melhoria da relação com a Assembleia Municipal, na relação com a informação que é prestada e naquilo que é, nomeadamente, algum aspeto que de alguma forma podemos entender que pode fazer sentido do ponto de vista daquilo que é a disponibilidade que o Executivo tem para a Assembleia Municipal. -----

----- Mas volto a referir que o Executivo entende que tem tido um comportamento presente, tem tido disponibilidade e inclusivamente isso também se mostra na disponibilidade que o Executivo tem tido com as comissões da Assembleia Municipal, mas também até naquilo que é o funcionamento da própria democracia, naquilo que é a alteração de posições políticas que têm sido assumidas e a forma saudável como tudo tem decorrido na relação entre a Câmara e a Assembleia Municipal. -----

----- Portanto, achava que era de bom-tom nós fazermos esta nota, dizer que estamos sempre disponíveis para acolher as recomendações. Algumas recomendações que aqui são feitas, na forma, eventualmente poderão depois ter da nossa parte interpretações um pouco distintas, não significa que no conteúdo não tenhamos o intuito de as cumprir, nomeadamente a questão que aqui é colocada da sugestão de na informação do Senhor Presidente ser colocada as respostas aos requerimentos ou às recomendações que o Executivo não seguiu. A informação do Senhor Presidente é uma informação que diz respeito essencialmente à atividade da Câmara Municipal. Nós, independentemente de existir vontade em ir ao encontro da prestação de contas em relação a eventuais requerimentos ou recomendações que possam...ponto de situação dos requerimentos ou das recomendações, pensamos que a forma é importante, porque a Câmara Municipal tem competências próprias conferidas pela Constituição, a Assembleia Municipal também, e há matérias que independentemente de serem votadas aqui na Assembleia Municipal, não dispensam que sejam votadas em reunião de Câmara para que o Executivo no fundo as siga, porque são competências próprias do mesmo. -----

----- Portanto, seguindo e respeitando as competências de cada órgão, valorizando o trabalho extraordinário que a Assembleia Municipal de Lisboa faz, quero referir que o

Executivo acredita que pode sempre melhorar, mas que tem estado e continua a estar disponível para a Assembleia Municipal, todas questões e todas as solicitações que sejam necessárias.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados Municipais terminaram as intervenções, portanto, chegamos à altura das votações das propostas que estão na mesa. -----

----- Eu quero também agradecer as referências pessoais que me foram feitas, mas dizer-vos Senhores Deputados Municipais, que naturalmente não seria possível fazer nada do que está neste relatório se não tivesse havido a colaboração de todos os Grupos Municipais e todos os Senhores Deputados Municipais, para além dos serviços da Assembleia Municipal. Porque o relatório tem que ser o espelho de alguma coisa que aconteceu, e esse, alguma coisa que aconteceu é trabalho coletivo, não é naturalmente um trabalho da Mesa, nem sequer meu. Em todo o caso agradeço as referências que foram feitas -----

----- E vamos então passar à votação da Proposta n.º 2/PAM/2015, na sua parte deliberativa.-----

----- Há um pedido do Grupo Municipal do PCP no sentido de separar as alíneas d), e), h) e os Pontos 3 e 4. Portanto, o Ponto 1 não é deliberativo, no Ponto 2 votaremos separadamente as alíneas d), e), h) e depois no fim os Pontos 3 e 4.-----

----- Irei pôr à votação o Ponto 2 da Proposta n.º 2/PAM/2015, o Ponto 2 todas as alíneas menos a d), e) e h), portanto, o conjunto das recomendações do Ponto 2 sem as recomendações d), e) e h).-----

----- A Mesa vai pôr à votação o **Ponto n.º 2 da Proposta n.º 2/PAM/2015 menos as alíneas d), e), h)**. O Ponto n.º 2 da Proposta n.º 2/PAM/2015 menos as alíneas d), e) e h), foi **aprovado por maioria**, com abstenção do MPT e votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNPN e 6IND.-----

----- Vamos pôr agora à votação a alínea d). Eu recordo que a alínea d) tem a ver com o ajustamento da grelha de tempos das sessões de perguntas. Vamos pôr à votação a alínea d) do Ponto n.º 2 da Proposta n.º 2/PAM/2015.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **alínea d) do Ponto n.º 2 da Proposta n.º 2/PAM/2015**. A alínea d) do Ponto n.º 2 da Proposta n.º 2/PAM/2015 foi **aprovada por maioria**, com o voto contra do PCP, abstenção do PEV, MPT e votos a favor de PS, PSD, BE, CDS-PP, PAN, PNPN e 6IND.-----

----- Vamos pôr agora à votação a alínea e) que tem a ver com a organização dos debates temáticos. Vamos pôr à votação.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **alínea e) do Ponto n.º 2 da Proposta n.º 2/PAM/2015**. A alínea e) do Ponto n.º 2 da Proposta n.º 2/PAM/2015 foi **aprovada por maioria**, com o voto contra do PCP, abstenção do MPT e votos a favor de PS, PSD, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNPN e 6IND.-----

----- A alínea h) que tem a ver com a abertura à comunicação social das reuniões das comissões. Vamos pôr à votação.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **alínea h) do Ponto n.º 2 da Proposta n.º 2/PAM/2015**. A alínea h) do Ponto n.º 2 da Proposta n.º 2/PAM/2015 foi **aprovada por maioria**, com os votos contra do PCP e PEV, abstenção de CDS-PP, MPT e votos a favor de PS, PSD, BE, PAN, PNP e 6IND.-----

----- Vamos passar à votação do Ponto 3. Pode ser Ponto 3 e 4 ao mesmo tempo?-----

----- Os Pontos 3 e 4 da deliberação que tem a ver com a criação de um grupo de trabalho, para incorporar estas recomendações agora no nosso regimento ou em normas de boas práticas da Assembleia Municipal.-----

----- A Mesa vai pôr à votação os **Pontos n.º 3 e 4 da Proposta n.º 2/PAM/2015**. Os Pontos n.º 3 e 4 da Proposta n.º 2/PAM/2015 foram **aprovados por maioria**, com abstenção de PCP, MPT e votos a favor de PS, PSD, BE, CDS-PP, PEV, PAN, PNP e 6IND.-----

----- Portanto, Senhores Deputados Municipais foi aprovado nestas condições a Proposta n.º 2/PAM/2015. O que se vai passar agora a seguir, será este grupo de trabalho fazer primeiro o seu trabalho e só depois é que entrarão em prática todas as coisas que aqui recomendámos, porque elas têm que agora ser conciliadas com o regimento ou com normas de boas práticas que esse grupo queira apresentar.-----

----- Vamos passar à Recomendação n.º 11/57, apresentada pelo MPT.-----

----- Há uma alteração no texto, no Ponto 1 onde está ‘Publique na internet a cópia integral de todas as atas das reuniões de Câmara’, fica ‘Publique na internet a cópia integral das atas das reuniões de Câmara’, ‘das atas’ e não de ‘todas as atas’.-----

----- Com esta alteração vou pôr à votação a Recomendação n.º 11/57.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 11/57**, ‘*Por um maior escrutínio público das reuniões da Câmara Municipal de Lisboa*’, apresentada pelo MPT. A Recomendação n.º 11/57 foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 14/57**, ‘*Pela continuação da política de aprofundamento dos mecanismos de acesso e participação dos cidadãos na gestão municipal*’, apresentada pelo PS. A Recomendação n.º 14/57 foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Com estas recomendações temos aqui bastante trabalho agora, para tentarmos melhorar a nossa maneira de trabalhar e o nosso relacionamento, com a CML e com a recolha de informação que foi aqui salientada.-----

----- Vamos passar ao ponto seguinte.”-----

----- **PONTO 2 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 45/CM/2015 – DELIMITAÇÃO DA ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA DO VALE DE CHELAS E OS BENEFÍCIOS FISCAIS ASSOCIADOS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DO N.º 1 E DO N.º 2 DO ARTIGO 13.º DO REGIME JURÍDICO DA REABILITAÇÃO URBANA (RJR), APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 307/2009, DE 23 DE OUTUBRO E ALTERADO PELA LEI N.º 32/2012, DE 14 DE AGOSTO E PELO DECRETO-LEI N.º 136/2014, DE 9 DE SETEMBRO, BEM COMO DA ALÍNEA C) DO N.º 2 DO ARTIGO 13.º E DA ALÍNEA A) DO ARTIGO 14.º DO MESMO RJR, CONJUGADAS COM O N.º 19 DO ARTIGO 71.º DO ESTATUTO DOS**

BENEFÍCIOS FISCAIS (EBF) APROVADO PELO DECRETO-LEI N.º 215/89, DE 1 DE JULHO, NA SUA REDAÇÃO ATUAL, PARA OS EFEITOS PREVISTOS NOS N.ºS 7 E 8 DO REFERIDO ARTIGO 71º DO EBF; 2 X GRELHA BASE – 68 MINUTOS; APRECIACÃO DO PARECER DA 3ª COMISSÃO PERMANENTE. -----

----- (A Proposta n.º 45/CM/2015 fica anexada a esta Ata como Anexo V e dela faz parte integrante). -----

----- (O Relatório da 3ª Comissão da Proposta n.º 45/CM/2015 fica anexado a esta Ata como Anexo VI e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “É a Proposta 45/CM/2015, ‘*Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Vale de Chelas...*’ -----

----- Tenho um parecer da 3ª Comissão que foi apresentado pelo Senhor Relator Deputado Municipal Magalhães Pereira, a quem eu pedia se quer fazer uma apresentação? -----

----- Primeiro pergunto à Câmara se alguém quer fazer a apresentação da proposta? -----

----- O Senhor Vice-Presidente quer fazer uma apresentação da proposta, faça favor.” -

----- **O Senhor Vice-Presidente** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Referir que a Câmara Municipal, não estando presente o Senhor Vereador Arquitecto Manuel Salgado, que fará uma primeira pequena intervenção de apresentação dos objetivos da proposta e posteriormente, quer eu quer a Senhora Vereadora Paula Marques, faremos também referências sobre o mesmo no decurso do debate. -----

----- Referir que através da Deliberação n.º 11/AML...aprovou a área de reabilitação urbana de Lisboa, com a fundamentação constante da estratégia de reabilitação urbana 2011/2024. -----

----- Nos termos desta estratégia será delimitada para cada operação sistemática a lançar a correspondente área de reabilitação urbana, que será ao mesmo tempo destacada da atual ARU de Lisboa, por forma a fazer coincidir cada operação de reabilitação simples ou sistemática e com respetiva área de reabilitação. A intenção de promover a delimitação da área do Vale de Chelas, consubstancia-se na salvaguarda dos valores patrimoniais e ambientais em presença, equilibrando-os com a evidente necessidade de estruturação de espaço e atividades, procurando em particular proporcionar as corretas condições de habitabilidade num conjunto de vilarias e a adequação da sua envolvente não construída à paisagem urbana do vale adjacente, que se pretende qualificada. -----

----- A ARU do Vale de Chelas abrange cerca de 30 hectares das Freguesias do Beato e da Penha de França, é definida orograficamente pelo talvegue do troço jusante do Vale de Chelas, estruturada pela antiga estrada de Chelas e dividida pelo ramal de ligação entre as linhas de caminho-de-ferro de Cintura e do Norte, constituindo um território sobranceiro do crescimento da cidade, que inclui vestígios da primitiva ocupação rural, antigas áreas fabris abandonadas com relevância para a arqueologia

industrial, habitação operária decadente e obsoleta, algumas ocupações de logística em operação e infraestruturas importantes para toda a área Oriental da cidade como a ETAR de Chelas ou Mercado Municipal do Beato. -----

----- Para a área abrangida pela ARU encontra-se em vigor o PDM aprovado pela AML na sua reunião de 24 de Julho de 2012. Com a presente proposta pretende-se a aprovação da delimitação da ARU do Vale de Chelas, em momento anterior à aprovação da correspondente operação de reabilitação urbana sistemática e respetivas ações a efetuar na área delimitada. O Regime Jurídico de Reabilitação Urbana permite aprovar a delimitação de áreas de reabilitação urbana sem a simultânea aprovação da correspondente operação de reabilitação urbana, impondo no entanto um prazo de caducidade de três anos se não for aprovada a mesma operação de reabilitação e a presente proposta é devidamente fundamentada e contém os elementos legalmente exigidos, memória descritiva e justificativa, que inclui os critérios subjacentes à delimitação da área abrangida e os objetivos estratégicos a prosseguir, planta com limitação de áreas abrangida e o quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património. -----

----- Assim propomos submeter à aprovação a delimitação da ARU do Vale de Chelas, os benefícios fiscais associados, bem como aprovar, destacar da atual ARU de Lisboa a área sombreada da planta de delimitação que está anexa à proposta, de forma a coincidir a futura operação de reabilitação com a totalidade da área referida na proposta. -----

----- Portanto, deixo agora à discussão e depois a seguir a Senhora Vereadora Paula Marques também fará uma intervenção sobre o tema.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** apresentou o relatório da 3ª Comissão da Assembleia Municipal de Lisboa sobre a Proposta n.º 45/CM/2015: -----

----- “A execução do parecer pretendeu reorganizar a forma de apresentação da proposta em si, eliminando repetições e especificando onde eles estão justificados até em termos legais, e portanto, com a sua autorização lerei apenas as conclusões na medida em que o resto está incito no próprio parecer. -----

----- 1 - O território em causa necessita de uma intervenção urgente, coordenada e estruturada, conduzida pelo Município de Lisboa, parecendo adequado para o efeito, o mecanismo de delimitação de Área de Reabilitação Urbana Sistemática; -----

----- 2 - A Lei confere aos proprietários e outros detentores de direitos sobre as propriedades locais, formas ou vias de recurso a apoios financeiros e fiscais no âmbito da reabilitação que poderão concorrer para o êxito geral da operação. -----

----- 3 - O facto de a ARUS ser delimitada em antecedência ao desencadear da Operação de Reabilitação Urbana, tendo esta que ter início apenas até ao prazo de três anos após a aprovação da ARU, assim como o próprio volume e complexidade urbanística desta ORU, determinam a dificuldade ou impossibilidade em apresentar em termos quantitativos o quadro dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais, previsto na alínea a) do artigo 14.º da Lei n.º 32/2012 de 14 Agosto, como está referido e vem referido, na alínea c) do n.º 2 do artigo 13.º do mesmo RJRU, mas

apenas o carácter qualitativo desses benefícios, como consta no n.º 2 da Parte Deliberativa da Proposta n.º 45/CM/2015.-----

----- 4 - Consideram-se suficientes os instrumentos de que dispõe a Câmara Municipal, conferidos pela Delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana Sistemática para proceder, e sublinho, para proceder com diligência e ponderação à regeneração deste território, através da gestão prudencial, judiciosa e socialmente equilibrada desses mesmos instrumentos.-----

----- O presente parecer foi aprovado pela unanimidade dos membros presentes da comissão.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Deputado Municipal informa-me a Senhora Segunda Secretária que o Senhor Deputado Municipal está inscrito também para este ponto, portanto, uma vez que já está na tribuna se não se importa, damos-lhe desde já a palavra.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “A propósito da Proposta n.º 45/CM/2015, ‘Delimitação da área de reabilitação urbana do Vale de Chelas’, repousamos no texto e nas conclusões do parecer elaborado, sublinhando a necessidade e que há anos se faz sentir, quanto ao ordenamento urbano do Vale de Chelas, há até, como a Senhora Presidente sabe, um plano de urbanização que está suspenso para revisão.-----

----- Consideramos que a delimitação de uma ARU para promover uma operação de reabilitação urbana sistemática, é a solução indicada pra prover à situação gravosa que se verifica no local, transformada já numa situação social e humanitária relevante. -----

----- Esta delimitação e conseqüente ARU concede aos proprietários e outros detentores de direitos fundiários locais, benefícios fiscais e financeiros relevantes e em contrapartida confere à Câmara poderosos e excepcionais instrumentos de intervenção, sendo essencial que a Autarquia exerça esses instrumentos de forma especialmente prudente e socialmente ponderada e equilibrada. É essa a nossa expectativa e que acompanharemos com o habitual cuidado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** fez a seguinte intervenção:-

----- “Como Presidente da Junta de Freguesia do Beato, gostaria de deixar aqui algumas notas sobre esta proposta.-----

----- A primeira delas para realçar a importância que esta ARU e depois a ORU’s, tem para todo o território das várias vilas operárias que pertencem à Freguesia do Beato, a Vila Dias, Flamiano, Emília, entre outras e para a zona também de Xabregas. É mais um passo importante para aquilo que é a caminhada que Junta de Freguesia, CML, moradores, que a associação de moradores, têm feito de forma participada e corresponde a um pedido que a junta de freguesia já fez há alguns anos. No entanto, também compreendemos que é impossível colocar a intensidade de reuniões que estas entidades têm feito nos últimos tempos, para resolver todos os problemas semelhantes que a cidade de Lisboa tem. E por isso mesmo só agora é que vem também esta proposta e gostaria de poder deixar aqui um reconhecimento da Junta de Freguesia do

Beato ao excelente trabalho que os Vereadores Manuel Salgado e Paula Marques têm feito em relação a esta matéria e sem esquecer também o trabalho que a Senhora Presidente da Assembleia Municipal, quando exercia funções como Vereadora na CML, um trabalho inicial que também fez em relação a esta matéria.-----

----- Esta proposta para além de dar maior capacidade de intervenção à CML, que vai passar a ter uma série de instrumentos para conseguir atuar de forma mais forte, é também ela um instrumento para atrair investimento privado credível para reabilitar essa zona de Lisboa.-----

----- Considero que só conseguimos reabilitar áreas como estas, com a definição de políticas públicas feitas em diálogo com os diferentes agentes, com a população, como tem sido feito até agora, e com um investimento tanto público como também privado. Mas não um conjunto de privados, como são os donos atuais desta área ou de grande parte desta área, que infelizmente pouco têm feito e que são mais um problema para podermos intervir de forma capaz e para resolver o conjunto de problemas e necessidades e pedidos que a população nos tem feito, do que para conseguir cumprir a sua função como proprietários e como donos, não só do conjunto de habitações como dos terrenos.-----

----- Por outro lado é também de realçar que a revogação do Plano de Pormenor do Vale de Chelas será também mais um passo importante para este eixo da Gualdim Pais, também Xabregas, visto que esta zona e com este plano não teve aquilo que foi o impacto que todos nós também gostávamos. Significou um retrocesso a nível daquilo que foi o investimento tanto público como também privado a esse nível e também um conjunto de agentes, *stakeholders*, ficaram todos parados à espera que algo acontecesse e pelo facto de ser um plano utópico e muito pouco realista, como tal, também saudamos poder haver rapidamente a revogação do Plano do Vale de Chelas. -

----- Uma nota final que deixo, mais como Presidente da Junta de Freguesia, que é saudar a concordância que esta própria proposta mereceu das várias forças políticas, que também culminou num excelente parecer que a 3ª Comissão fez. Sendo esta proposta, como eu disse, apenas um passo daquilo que também é uma caminhada que temos que fazer para reabilitar esta área. É importante para nós como junta de freguesia ter a noção daquilo que é a união e aquilo que é a concordância, daquilo que é a compreensão que todos têm daquilo que é a necessidade de intervir e também intervir rapidamente para reabilitar esta zona daquilo que pertence à cidade de Lisboa.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “O fundamento para a presente limitação está nas características do território que se apresenta muito diversificado e fragmentado, com áreas fabris obsoletas, habitação degradada, etc., prevendo-se uma reabilitação e requalificação do edificado, dos espaços públicos e infraestruturas em conjunto.-----

----- Na listagem de património edificado e paisagístico integram-se a Vila Emília, Vila Dias e Vila Flamiano. Nomeadamente sobre a Vila Dias o PCP tem apresentado na Câmara e na Assembleia Municipal proposta de resolução dos problemas locais,

que são muito graves, contra as pressões e abusos do proprietário ou por parte da Câmara promessas que ainda não foram cumpridas. -----

----- Teremos de prestar grande atenção ao futuro desta zona da cidade. -----

----- A cada eixo correspondem objetivos específicos, destacando-se para o eixo 1 a regeneração das vilas, mantendo uso habitacional e a manutenção da maioria dos ocupantes, vamos ver, recorrendo eventualmente a novas unidades de alojamento.-----

----- As ações de reabilitação executadas pelos proprietários podem beneficiar de um conjunto de apoios e incentivos de natureza fiscal e outros previstos pelo município.---

----- Tratando-se da proposta de limitação de um território para futura operação de reabilitação urbana, terá sempre de ir à Câmara e sendo esta situação legal, apesar de um plano de urbanização de 1998, votaremos a favor.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** fez a seguinte intervenção:-

----- “Ao analisar a Proposta 45/CM/2015 que visa a aprovação da delimitação da área de reabilitação urbana do Vale de Chelas, atribuindo a este território um conjunto de incentivos de forma a incentivar e dinamizar a recuperação de um território com graves carências urbanísticas, o MPT pretende fazer algumas considerações. -----

----- A área em questão tem algumas particularidades sob o ponto de vista ecológico, já que contempla uma das principais bacias hidrográficas da cidade, sendo portanto, suscetível a ocorrências de inundações. -----

----- Em termos de ocupação caracteriza-se como um espaço desordenado onde predominam espaços vazios e edifícios degradados que acumulam problemas por resolver, como é o caso da Vila Dias.-----

----- A Vila Dias nasceu na Freguesia do Beato no final do Século XIX, para alojar os funcionários das fábricas ali instaladas. Esta antiga vila operária sobrevive até aos dias de hoje com graves problemas de conservação, servindo de teto a um conjunto vasto de famílias carenciadas. Depois de muitas promessas com o intuito de resolver o problema destas famílias, sobretudo em altura de eleições, o MPT espera que a atual proposta possa catalisar finalmente uma solução definitiva para este espaço. -----

----- No nosso ponto de vista esta proposta permite ao Município adquirir um conjunto de instrumentos determinantes para poder intervir no território, nomeadamente na realização de obras coercivas, possibilidade de conceber empreitadas únicas, demolições de edifícios, direito de preferência e arrendamento forçado. -----

----- Enquanto o MPT não dúvida da bondade da proposta defende que a bem do princípio da transparência, seria mais coerente primeiramente discutir as propostas que constam no novo plano de urbanização do Vale de Chelas, que está em fase de conclusão, e só depois com base nessa proposta de planeamento aprovar a atual proposta.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados Municipais desculpem, mas houve aqui um pequeno pormenor que me falhou e vamos prosseguir. -----

----- Portanto, neste momento terminaram as inscrições e está para vossa apreciação a Proposta...antes de pôr à votação a Proposta 45/CM/2015, tenho a indicação que a

Senhora Vereadora Paula Marques queria usar da palavra, tem a palavra a Senhora Vereadora Paula Marques.” -----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Dizer só que em relação a este processo DARU do Vale de Chelas e registei com muito cuidado as palavras do parecer da 3ª Comissão, aliás, com quem tenho colaborado com todo o prazer. A forma equilibrada e assisada com que a Câmara, tendo agora à sua disposição os instrumentos e procedimentos que a delimitação do ARU nos permite, a forma assisada e equilibrada com que deve atuar em particular em relação à questão que envolve diretamente os serviços de habitação e desenvolvimento local, dizer que para nós é fundamental que este processo de intervenção. -----

----- Não desresponsabilize os proprietários ou as proprietárias neste caso, daquilo que foi a não atuação em tempo. Não desresponsabilize também a forma, ou antes, que responsabilize, chame a atenção e ponha na agenda a forma, eu diria, muito pouco civilizada e muito pouco correta com que estes proprietários e proprietárias ao longo dos anos atuaram em relação àquela população residente. Isso foi uma das preocupações que esteve subjacente à nossa intervenção, aliás, que vem de facto do mandato passado como o Senhor Vice-Presidente, fez e bem, referência. E também não favorecer de qualquer maneira com a atuação da Câmara com os instrumentos que tem, no fundo esta atuação ineficaz do proprietário ao longo dos tempos, e portanto, não beneficiar, não ser perversa esta nossa atuação. -----

----- Relativamente à questão da habitação. Os recursos são escassos da habitação, é um tema sensível, a forma como a Câmara e o Município faz a atribuição de habitação é transparente, é equitativa e é acima de tudo transparente, e é sobre isso que eu queria deixar a última nota. -----

----- Amanhã irá a reunião de Câmara, foi já conversado com as forças políticas que têm assento no Executivo da Câmara, uma proposta que pretende salvaguardar a legalidade da intervenção do Executivo, em particular da habitação e desenvolvimento local, no que toca a necessidade de realojamento temporário ou definitivo de população que vive na Vila Dias, na ocorrência da operação de reabilitação urbana. O que nós não queremos é que esta nossa intervenção corra qualquer risco de ter um hiato de tempo e que estes instrumentos que temos à nossa disposição possam pôr em causa a segurança daquela população, mesmo do ponto de vista legal. -----

----- Portanto, a proposta que vai a reunião de Câmara prevê vários cenários que possam acontecer e no fundo, confere dentro daquilo que é a regulamentação do processo de habitação e a regulamentação daquilo que é enquadramento legal do que é uma operação de reabilitação urbana, não deixa margem para que esta nossa atuação possa ser um instrumento perverso em relação à população. Por isso eu acordei com o Senhor Vereador Manuel Salgado de submetermos à, (parte impercetível), o não deixar de assentar claramente quais são as responsabilidades dos proprietários e assacar responsabilidades pela não atuação, e naturalmente, melhorar as condições de vida da população.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhores Deputados Municipais vamos então passar à votação da Proposta 45/CM/2015.-----

----- Não me foi pedido nenhuma espécie de votação em separado, ela tem três pontos vamos votar a proposta no seu conjunto.-----

----- Lembro o que é que vamos votar, a Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Vale de Chelas, a aprovação pela Assembleia Municipal dos benefícios fiscais associados que estão aqui depois discriminados e destacar da atual área de reabilitação urbana de Lisboa, a área que está na planta anexa à proposta.-----

----- A proposta não está aqui assim no ecrã, mas está no *site* da Assembleia Municipal esta planta para se poder verificar exatamente qual é a área abrangida.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta n.º 45/CM/2015**. A Proposta n.º 45/CM/2015 foi **aprovada por unanimidade**.-----

----- Eu aproveito para saudar que estão presentes, a comissão de moradores da Vila Dias, porque se não fosse a vossa luta, começou aliás, nesta Assembleia Municipal com vários pedidos que fizeram de trazer aqui o problema já no mandato anterior, não tínhamos chegado aqui. Muito há ainda por fazer, mas de facto, a vossa luta pelo menos já chegou até aqui e agora espero que com esta unanimidade da Assembleia Municipal haja força e capacidade para levar até ao fim.-----

----- Vamos passar então aos pontos seguintes da ordem de trabalhos.-----

----- Temos agora um conjunto de quatro pontos que são todas delegações de competências.-----

----- Eu pergunto se algum Senhor Deputado Municipal levanta objeção a que a discussão seja feita em conjunto?-----

----- Ninguém levanta objeção, portanto, vamos discutir, depois naturalmente têm que ser votados um a um.”-----

----- **PONTO 3 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 29/CM/2015 – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE ALCÂNTARA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, E DO ARTIGO 116.º DO REGIME JURÍDICO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, AMBOS OS REGIMES APROVADOS PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; GRELHA BASE – 34 MINUTOS; APRECIACÃO DO PARECER CONJUNTO DA 1ª E 5ª COMISSÕES PERMANENTES.**-----

----- (A Proposta n.º 29/CM/2015 fica anexada a esta Ata como Anexo VII e dela faz parte integrante).-----

----- (O Parecer conjunto da 1ª e 5ª Comissões sobre a Proposta n.º 29/CM/2015 fica anexado a esta Ata como Anexo VIII e dela faz parte integrante).-----

----- **PONTO 4 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 128/CM/2015 – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE CAMPOLIDE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, E DO ARTIGO 116.º DO REGIME JURÍDICO DA**

TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, AMBOS OS REGIMES APROVADOS PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; GRELHA BASE – 34 MINUTOS; APRECIACÃO DO PARECER CONJUNTO DA 1ª E 5ª COMISSÕES PERMANENTES. -----

----- (A Proposta n.º 128/CM/2015 fica anexada a esta Ata como Anexo IX e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer conjunto da 1ª e 5ª Comissões sobre a Proposta n.º 128/CM/2015 fica anexado a esta Ata como Anexo X e dela faz parte integrante). -----

PONTO 5 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 129/CM/2015 – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE CAMPO DE OURIQUE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, E DO ARTIGO 116.º DO REGIME JURÍDICO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, AMBOS OS REGIMES APROVADOS PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; GRELHA BASE – 34 MINUTOS; APRECIACÃO DO PARECER CONJUNTO DA 1ª E 5ª COMISSÕES PERMANENTES. -----

----- (A Proposta n.º 129/CM/2015 fica anexada a esta Ata como Anexo XI e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer conjunto da 1ª e 5ª Comissões sobre a Proposta n.º 129/CM/2015 fica anexado a esta Ata como Anexo XII e dela faz parte integrante). -----

PONTO 6 - APRECIACÃO DA PROPOSTA 130/CM/2015 – DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE LISBOA E A FREGUESIA DE ALVALADE, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA K) DO N.º 1 DO ART.º 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, E DO ARTIGO 116.º DO REGIME JURÍDICO DA TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS, AMBOS OS REGIMES APROVADOS PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; GRELHA BASE – 34 MINUTOS; APRECIACÃO DO PARECER CONJUNTO DA 1ª E 5ª COMISSÕES PERMANENTES. -----

----- (A Proposta n.º 130/CM/2015 fica anexada a esta Ata como Anexo XIII e dela faz parte integrante). -----

----- (O Parecer conjunto da 1ª e 5ª Comissões sobre a Proposta n.º 130/CM/2015 fica anexado a esta Ata como Anexo XIV e dela faz parte integrante). -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vamos discutir em conjuntos as propostas delegação de competências na Freguesia de Alcântara, na Freguesia de Campolide, na Freguesia de Campo de Ourique e na Freguesia de Alvalade. Os relatores são os mesmos, há um relator da 1ª Comissão o Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira, e a relatora da 5ª Comissão Senhora Deputada Municipal Sofia Oliveira Dias. -----

----- Pergunto qual dos Senhores Deputados Municipais é que apresenta? -----

----- É o Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira. -----

----- Penso que também poderá apresentar para o conjunto das quatro propostas os pareceres, portanto, faça favor Senhor Relator.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** apresentou o relatório conjunto da 1ª e 5ª Comissão da Assembleia Municipal de Lisboa, sobre a Proposta n.º 29/CM/2015: -----

----- “É evidente, dado a natureza diversa de cada uma destas delegações de competências, ela tem conclusões diversas, de modo que com a sua autorização vamos por ordem.-----

----- Vamos tratar, portanto, da Proposta n.º 29/CM/2015, a primeira de todas, a de Alcântara. -----

----- A Proposta n.º 29/CM/2015, após definir e determinar qual é a opinião das diversas forças políticas, no terceiro parágrafo tem as seguintes conclusões: -----

----- ‘Analisada a proposta de contrato de delegação de competências entre o Município de Lisboa e a Freguesia de Alcântara, bem como os documentos anexos, a Comissão Permanente de Descentralização e Obras Municipais e a 1ª Comissão emite parecer favorável, devendo os relatórios de execução referidos no contrato ser remetidos pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, no quadro das suas tarefas de acompanhamento e fiscalização.’ -----

----- Esta é portanto uma recomendação específica, relativamente a este parecer.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte interpelação: -----

----- “Oh Senhor Deputado Municipal desculpe, esta recomendação específica, pretendem que seja votada pela Assembleia Municipal ou fica a fazer apenas menção dela?” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu penso que se deveria votar especificamente.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Muito bem.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** apresentou o relatório conjunto da 1ª e 5ª Comissão da Assembleia Municipal de Lisboa, sobre a Proposta n.º 128/CM/2015:-----

----- “Quanto à Proposta n.º 128/CM/2015 que diz respeito à Freguesia de Campolide as conclusões são da mesma tipologia, mas acrescenta as seguintes. -----

----- Recomenda-se à CML que:-----

----- ‘i) Informe se o contrato de delegação em causa não colide com os objetivos previstos na Unidade de Execução da Praça de Espanha, ainda não aprovada, mas entretanto submetida a discussão pública; -----

----- ii) Ouça os interessados, designadamente as transportadoras, quanto às circunstâncias de ordenamento urbano, no projeto de requalificação em causa; -----

----- iii) Cumpra a obrigação de remessa à Assembleia Municipal da documentação relativa à referida Discussão Pública’. -----

----- Esta na Proposta n.º 128/CM/2015.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte interpelação:-----

----- “É portanto um conjunto de recomendações que gostariam de ver aprovado pela Assembleia Municipal, ou pelo menos votado?”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sim, precisamente.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** apresentou o relatório conjunto da 1ª e 5ª Comissão da Assembleia Municipal de Lisboa, sobre a Proposta n.º 129/CM/2015:-----

----- “Como disse a Senhora Presidente isto são pareceres conjuntos, e portanto, implicam a correlação das diversas opiniões que estão em....-----

----- Na Proposta n.º 129/CM/2015 relativamente à Freguesia de Campo de Ourique, depois das opiniões das diversas forças políticas, tem de novo o pedido em recomendação, que diz ‘devendo os relatórios de execução referidos no contrato ser remetidos pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, no quadro das suas tarefas de acompanhamento e fiscalização’, ou seja, como está na Proposta n.º 29/CM/2015 relativamente a Alcântara.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** apresentou o relatório conjunto da 1ª e 5ª Comissão da Assembleia Municipal de Lisboa, sobre a Proposta n.º 130/CM/2015:-----

----- “Na última proposta relativamente à Freguesia de Alvalade, reitera-se o mesmo pedido ‘devendo os relatórios de execução referidos no contrato ser remetidos pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, no quadro das suas tarefas de acompanhamento e fiscalização’-----

----- Não sei se me fiz entender claramente?”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Compreendi completamente e quando chegarmos à votação chamarei a atenção para as diferentes recomendações, que designadamente há uma delas que é diferenciada que é a segunda proposta, nas outras três propostas é a mesma recomendação.-----

----- Muito obrigado Senhor Deputado Municipal Relator.-----

----- Vamos então passar às intervenções.-----

----- A Proposta n.º 29/CM/2015, ‘Delegação de competências para a Freguesia de Alcântara’.-----

----- Não? É para o conjunto? Para o Ponto 3 não há intervenções?-----

----- Ok, é para o debate em conjunto, pouco importa, portanto, o Senhor Deputado Municipal depois dirá aqui qual é a proposta a que se está a referir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Cegonho (PS)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Relativamente a esta proposta que consubstancia a delegação de uma obra importante na Freguesia de Campo de Ourique, eu gostava de dizer que a Travessa Assis Pacheco já há bastante tempo que foi aprovada a alteração de denominação da rua particular à Rua Saraiva de Carvalho, com esta designação. -----

----- Que tem sido, desde que sou Presidente de Junta nomeadamente no mandato anterior como Presidente de Santo Condestável, e neste, como Presidente da Freguesia de Campo de Ourique, tem sido minha exigência que se fizesse esta requalificação antes da colocação da designação da rua, portanto, da placa toponímica. Que já existe e que está à espera precisamente desta obra, para que se possa conhecer a personalidade de Fernando Assis Pacheco um morador ilustre de Campo de Ourique, e que portanto, ficámos a aguardar por esta requalificação para poder colocar, no âmbito das novas competências de freguesia, a placa de denominação da mesma rua. -----

----- Queria saudar os Serviços da Unidade de Intervenção Territorial do Centro Histórico e de Campo de Ourique, pelo projeto que foi elaborado e que está subjacente a esta proposta. -----

----- E gostaria também de dizer que independentemente do resultado da votação, relativamente à recomendação das comissões sobre a entrega a esta Assembleia Municipal do relatório de execução física da obra à CML, a própria freguesia terá essa iniciativa independentemente do resultado da votação que exista, de enviar à Senhora Presidente o mesmo relatório que apresentaremos à CML.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Estamos no debate conjunto das propostas, neste momento presumo que o Senhor Deputado Municipal irá pronunciar-se sobre a Proposta n.º130/CM/2015, que diz respeito à Freguesia de Alvalade, é o Senhor Presidente da Junta respetiva.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Moz Caldas (PS)** fez a seguinte intervenção:-----

----- “É como diz, efetivamente venho pronunciar-me a propósito da proposta de delegação de competências da CML na Freguesia de Alvalade, que diz respeito à repavimentação da Rua Alberto de oliveira. -----

----- Em boa hora a CML acolheu a totalidade das recomendações que a Junta de Freguesia de Alvalade forneceu a propósito de prioridades de repavimentação. Todavia, do ponto de vista do calendário da sua execução tínhamos a visão que a Rua Alberto de oliveira, por ser uma rua de atravessamento no Bairro das Caixas, por ser uma rua que serve o Complexo dos Coruchéus integrado pelos ateliês dos artistas e agora pela Biblioteca Municipal dos Coruchéus, e por esse mesmo motivo ser sujeita a grande pressão de circulação e ao ter sido avaliada no momento em que tinha muito recentemente sido executada uma intervenção de tapa buracos, não estava priorizada em termos de melhor servir os interesses da freguesia e da população ali residente e daquela que a visita. -----

----- Portanto, sugerimos à data ao Senhor Vereador Jorge Máximo que teve a gentileza de acolher a proposta da Freguesia de Alvalade, que se prestou a realizar esta repavimentação mais cedo do que o calendário previsto de maneira a poder acelerar o

processo de requalificação das vias da Freguesia de Alvalade, que nos parece muito relevante para a qualidade de vida na cidade.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Rui Paulo Figueiredo (PS)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “É só um ponto processual que eu estava ali até a confirmar com o Presidente da 5ª Comissão, porque o entendimento e é eventualmente a questão de haver relatórios conjuntos, o entendimento que nós tínhamos é que não havia necessidade de nenhuma votação autónoma ou destacada de nenhum dos pontos. -----

----- Ou seja, as conclusões dos diferentes pareceres são as conclusões, elas foram, tanto quanto sei, aprovadas por unanimidade nas duas comissões e nós achamos que elas valem por si, e portanto, não tem a ver com a substância da proposta, tem a ver apenas e só com esse ponto processual. -----

----- E a indicação que me estavam a dar era que não tinha havido nenhuma conversa nas comissões, nem nenhuma articulação das duas comissões, para destacar alguns dos pontos para votação, que isso teria que, a ser assim, que isso teria que ser alvo de um consenso prévio nas diferentes comissões. -----

----- Eu recebi a indicação via um dos Secretários da Mesa, que eventualmente até teriam que ser os presidentes das comissões a suscitarem a questão, mas por economia processual eu decidi fazer eu o ponto de ordem.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhor Deputado Municipal com certeza, mas tem sido uma prática desta Mesa quando há recomendações contidas nos relatórios das comissões, pôr à votação essas recomendações. Portanto, não percebo qual é a dúvida agora de não se pôr à votação uma coisa que é uma prática habitual, que fizemos sempre com todos os relatórios e todos os pareceres das comissões. -----

----- Quando dizem apenas, está em condições de ser votado não há nada para votar, quando dizem, recomendamos à Câmara não sei o quê, a Mesa tem procurado sempre saber se essa recomendação é só da comissão ou se é de toda a Assembleia Municipal. -----

----- Portanto, no meu entendimento, se não estiverem de acordo, por favor, reclamem disso, mas no meu entendimento isto é um procedimento normal aqui na Assembleia Municipal. Temos feito sempre assim, portanto, se temos feito sempre assim, assim iremos fazer. -----

----- Julgo que isto não levanta qualquer dificuldade, é apenas pôr à votação nas conclusões da comissão a recomendação à Câmara. Porque as comissões não têm competências para fazer recomendações à Câmara, como os Senhores Deputados Municipais sabem. É só por isso que eu tenho feito esta formalidade, para que haja uma efetiva recomendação à Câmara daquilo que está aqui a ser decidido. -----

----- Estamos entendidos? -----

----- Não estamos entendidos. Senhores Deputados Municipais reclamem da decisão da Mesa e eu vou pôr à votação. -----

----- O Grupo Municipal do PS reclama deste entendimento da Mesa? -----

----- Bom, se não vale a pena, vamos prosseguir...também eu penso o mesmo, muito obrigado Senhor Deputado Municipal. -----

----- Vamos prosseguir. -----

----- Tem sido este o entendimento da Mesa e peço que em próxima reunião de conferência de representantes, se isto levanta dificuldades que a gente esclareça para o futuro. Eu tenho pedido, aliás, às comissões que formalizem, quando há recomendações que as formalizem para a gente as poder autonomizar. Isso não foi feito e, portanto, foi aqui que o assunto se suscitou, mas a Assembleia Municipal é soberana e penso que estamos em condições de superar isto e procurar que não volte a acontecer desta maneira e que as coisas se formalizem previamente, com o destaque necessário. E dessa maneira daremos contento àquilo que foi aqui suscitado pelo Senhor líder da bancada do PS. -----

----- Vamos então pôr à votação.... -----

----- Desculpe? Há um pedido de palavra do Senhor Vice-Presidente, faça favor.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Quero apenas aproveitar este momento desta discussão conjunta, para ir ao encontro das respostas que são colocadas aqui pela comissão, no que diz respeito à Proposta n.º 128/CM/2015.-----

----- Portanto, aquilo que foi entendido pelo Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira como as recomendações específicas desta proposta, uma vez que as restantes eram idênticas para todas as propostas. E peço, e agora com alguma graça, que considerem este, caso estas recomendações venham a ser aprovadas, como uma recomendação respondida pela Câmara e não como uma recomendação por responder. Porque penso que vou ao encontro das respostas, que aqui de alguma forma, são colocadas no parecer da comissão. -----

----- Dizer que a presente proposta corresponde à segunda fase da intervenção que está a ser preconizada para este local, uma vez que a zona se encontra bastante degradada e é ocupada com estacionamento anárquico. Inclusivamente o terminal de transportes da Praça de Espanha invadido diariamente por automóveis, que estacionam no passeio nas áreas expectantes limítrofes, junto ao Teatro da Comuna. -----

----- A primeira fase que irá ser executada, ainda no primeiro semestre de 2015 pela EMEL, tem como objetivos distintos o ordenamento do estacionamento na Rua Eduardo Malta, eliminação das bolsas de estacionamento ilegais, nomeadamente nos terrenos expectantes junto ao terminal da Praça de Espanha, mas não contempla o arranjo paisagístico destes terrenos expectantes, ou seja, aquilo que neste momento estamos a aprovar em delegação de competências. -----

----- Portanto, o presente contrato de delegação de competências tem como objetivo responder às intenções dos fregueses, nomeadamente da junta de freguesia, manifestadas através de uma proposta que foi vencedora do OP 2014 e que prevê exatamente a requalificação paisagística da área envolvente ao terminal de transportes na Praça de Espanha, nomeadamente na segunda fase de implementação do mesmo Plano de Resposta. Portanto, nomeadamente, recuperação da linha de água existente, limpeza, regularização, implantação de maciços arbustivos nas margens, criação de

áreas verdes de enquadramento através de plantações de árvores, arbustos e sementeiras, implantação de bocas de rega para permitir a manutenção regular das zonas verdes, implantação de percursos pedonais acessíveis permitindo a dinamização e ligação dos serviços e espaços existentes.-----

----- Informamos que foi também consultada a equipa do Plano de Acessibilidades de forma a salvaguardar os pressupostos consagrados na Unidade de Execução da Praça de Espanha e do Plano de Pormenor da Avenida José Malhoa, assim como as questões relacionadas com a circulação e sinalização rodoviária, tendo sido validadas por esses serviços. -----

----- Portanto, neste contexto a presente intervenção que está consubstanciada neste protocolo de delegação de competências, não colide com os objetivos previstos na Unidade de Execução da Praça de Espanha, e portanto, consideramos a segunda parte da recomendação que é feita, que diz respeito á consulta às empresas transportadoras, consideramos dispensável essa mesma consulta, uma vez que não há alteração no terminal rodoviário, quer ao nível físico, quer ao nível da circulação. Portanto, a intervenção prevê apenas a requalificação paisagística, não afeta a circulação, portanto, a segunda parte da recomendação que é referida nós entendemos que é dispensável porque não tem objeto, digamos assim, para que ela no fundo aconteça. Penso desta forma ir ao encontro das recomendações específicas que a comissão coloca, portanto, não há colisão com aquilo que é no fundo a primeira fase de intervenção, e em segundo lugar, entendemos que é dispensável a consulta às transportadoras no que diz respeito a este caso em particular.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado Senhor Vice-Presidente, chamo a sua atenção que há um terceiro ponto nas recomendações do parecer da comissão, que tinha a ver com a remessa à Assembleia Municipal da documentação relativa à discussão pública que está a decorrer. -----

----- Sobre esse ponto pode nos dizer alguma coisa?”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu penso que é uma obrigação, portanto, não respondi a essa matéria por sentir que é uma obrigação da CML em fazê-lo.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Portanto, aquilo que o Senhor Vice-Presidente acaba de nos informar é que relativamente às recomendações que as comissões colocam sobre a Proposta n.º 128/CM/2015, que é a delegação de competências na Freguesia de Campolide. -----

----- A informação solicitada pelo parecer das comissões está respondido que não colide, disse a Câmara, acaba de dizer que não colide.-----

----- Em segundo lugar que a Câmara entende que as pessoas não têm que ser ouvidas, porque não há nenhum cruzamento entre aquilo que está a ser feito e área de intervenção das transportadoras ou de estacionamento.-----

----- E finalmente a obrigação de remessa, que está na lei é obrigatório.-----

----- Portanto, sendo assim, eu dispensaria a votação destas recomendações em particular, na medida em que o assunto está esclarecido aqui pela Câmara do que vai ser feito. -----

----- Vamos então voltar ao ponto em que estávamos, apreciação da Proposta n.º 29/CM/2015, que é a proposta de delegação de competências na Freguesia de Alcântara. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta n.º 29/CM/2015**. A Proposta n.º 29/CM/2015 foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Há uma recomendação das duas comissões, para que os relatórios de execução referidos no contrato devam ser remetidos pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação Conjunta n.º 1/64 da 1ª e 5ª Comissão Permanente sobre a Proposta n.º 29/CM/2015**. A Recomendação n.º 1/64 da Proposta n.º 29/CM/2015 foi **aprovada por maioria**, com o voto contra do 1 DM PS e votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, MPT, PEV, PAN, PNPN e 6IND.--

----- Vamos passar à votação da Proposta n.º 128/CM/2015, neste caso já sem a recomendação correspondente, que já foi respondida pela Câmara e vamos pôr à votação.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta n.º 128/CM/2015**. A Proposta n.º 128/CM/2015 foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Também não há recomendações pelas razões que já acabámos de ver.-----

----- Vamos passar à Proposta n.º 129/CM/2015, vou pôr à votação nos termos em que foi apresentada pela CML.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta n.º 129/CM/2015**. A Proposta n.º 129/CM/2015 foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- Há uma recomendação no parecer conjunto das duas comissões, ‘que os relatórios de execução referidos no contrato devam ser submetidos pela Câmara à Assembleia Municipal, no quadro das suas tarefas de acompanhamento e fiscalização’. -----

----- Vamos pôr à votação esta recomendação específica. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação Conjunta n.º 2/64 da 1ª e 5ª Comissão Permanente sobre a Proposta n.º 129/CM/2015**. A Recomendação n.º 2/64 da Proposta n.º 129/CM/2015 foi **aprovada por maioria**, com o voto contra do 1 DM PS e votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, MPT, PEV, PAN, PNPN e 6IND. -----

----- Vamos passar à Proposta n.º 130/CM/2015, que é a proposta relativa à Freguesia de Alvalade.-----

----- Vamos passar à Proposta n.º 130/CM/2015, vou pôr à votação nos termos em que foi apresentada pela CML.-----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Proposta n.º 130/CM/2015**. A Proposta n.º 130/CM/2015 foi **aprovada por unanimidade**. -----

----- E agora a recomendação das comissões, ‘que os relatórios de execução referidos no contrato devam ser remetidos pela CML à Assembleia Municipal, no quadro das suas tarefas de acompanhamento e fiscalização’. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação Conjunta n.º 3/64 da 1ª e 5ª Comissão Permanente sobre a Proposta n.º 130/CM/2015**. A Recomendação n.º 3/64 da Proposta n.º 130/CM/2015 foi **aprovada por maioria**, com o voto contra do 1 DM PS e votos a favor de PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, MPT, PEV, PAN, PNPB e 6IND. -----

----- Senhores Deputados Municipais este conjunto de propostas está aprovado, são dezassete horas e trinta minutos.-----

----- Para o ponto seguinte da ordem de trabalhos ainda não deu entrada a proposta da Câmara, que é a questão do inventário e das contas.”-----

----- **PONTO 8 - APRECIACÃO DO RELATÓRIO “CHEIAS EM LISBOA: CAUSAS DAS SISTEMÁTICAS INUNDAÇÕES QUE ASSOLARAM LISBOA, NOS MESES DE SETEMBRO E OUTUBRO DE 2014” APRESENTADO PELA 4ª COMISSÃO PERMANENTE, BEM COMO DAS RECOMENDAÇÕES NELE CONTIDAS, AO ABRIGO DAS DISPOSIÇÕES CONJUGADAS DA ALÍNEA M) DO N.º 2 DO ARTIGO 4.º, DO ART.º 76.º E DA ALÍNEA C) DO ART.º 15, TODOS DO REGIMENTO E DA ALÍNEA K), DO N.º 2, DO ART.º 25.º DO REGIME JURÍDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; 2 X GRELHA BASE – 68 MINUTOS.**-----

----- (O relatório ‘Cheias em Lisboa’ da 4ª Comissão Permanente fica anexado a esta Ata como Anexo XV e dela faz parte integrante).-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Para o último ponto da nossa ordem de trabalhos que é o relatório das cheias, nós temos ainda trinta minutos que podíamos usar para ver este ponto e não temos muitas pessoas inscritas, portanto, presumo que talvez possamos até esgotar este ponto nesta reunião.-----

----- Portanto, neste momento eu pediria à Senhora Relatora Deputada Municipal Inês Drummond, que fizesse uma apresentação do relatório e das vossas recomendações.---

----- Mais uma vez há recomendações no relatório que a Mesa gostaria de pôr à consideração, porque nós não votamos relatórios, votamos apenas conclusões ou recomendações.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)** apresentou o relatório ‘Cheias em Lisboa’ da 4ª Comissão Permanente da AML:-----

----- “Só um breve enquadramento do relatório.-----

----- Foi através de um requerimento subscrito pelo Deputado Municipal Sérgio Azevedo, em representação do Grupo Municipal do PPD-PSD, que foi solicitado à Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa a constituição de uma Comissão Eventual para averiguar as causas das inundações que assolaram Lisboa, nos meses de setembro a outubro de 2014.-----

----- Entendeu a Presidente da AML remeter o requerimento para a 4ª Comissão Permanente, a fim de ser apreciado e consequentemente emitir o relatório de que vos dou agora aqui conhecimento.-----

----- De facto, na cidade de Lisboa ocorrem com alguma frequência inundações que não se relacionam com o transbordo de cursos de água a céu aberto e que se podem classificar de urbanas, por ocorrerem em tecido urbano impermeabilizado, e rápidas, pela velocidade de formação e propagação. -----

----- A expansão urbana que se intensificou nas últimas décadas conduziu a profundas alterações na ocupação do solo. Este processo implica uma resposta hidrológica complexa nas áreas urbanas, quer pela redução das áreas mais favoráveis à infiltração, como os espaços florestais, verdes e agrícolas, quer pelo incremento do escoamento superficial urbano, quer pela maior rapidez nessa circulação superficial, devido ao aumento da área de solo impermeabilizado. -----

----- As inundações urbanas são, assim, um reflexo da expansão urbana no território e consequente impermeabilização do solo, o que promove a circulação rápida do escoamento superficial e a sua concentração nas áreas deprimidas. Este tipo de inundações ocorre durante períodos de precipitação intensa e concentrada num curto espaço de tempo. -----

----- São agravadas pelo aumento da circulação superficial das águas pluviais resultado da impermeabilização dos solos, e também pelo mau funcionamento ou subdimensionamento dos sistemas de drenagem pluvial. -----

----- Em síntese, as zonas mais afetadas pelas inundações em Lisboa coincidem normalmente com pontos cotados de baixa altitude e a faixa ribeirinha, sujeitos à influência das marés; áreas de elevado índice de impermeabilização; áreas não sujeitas a limpezas, desentupimentos e desassoreamento de valetas, sumidouros ou coletores ou áreas coincidentes com obras de arte, do tipo passagem inferior, como seja o caso dos túneis. -----

----- Face à localização do concelho numa área de estuário e a interferência direta do efeito de maré pode ser sentida pelo alagamento do espaço ribeirinho, em períodos de queda de precipitação intensa e coincidente com período da preia-mar. -----

----- Para avaliar as ocorrências e de forma a reunir a informação necessária para a elaboração do relatório em análise, foram ouvidos os presidentes de junta de freguesia mais afetados pelas cheias, o Presidente da Junta de Freguesia de Santo António, Alcântara, Benfica, Beato, São Domingos de Benfica, Santa Maria Maior e Estrela. ----

----- Ouvimos ainda especialistas em hidráulica do Laboratório Nacional de Engenharia Civil e do Instituto Superior Técnico e realizou-se uma visita à SIMTEJO.

----- A Comissão ouviu ainda o Engenheiro Silva Ferreira, que preside atualmente a equipa de trabalho da CML, que tem por missão proceder à execução do Plano de Drenagem de Lisboa...” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Senhora Deputada Municipal peço desculpa, continua a haver muito barulho na sala. -----

----- Este é um tema da maior importância para a cidade. -----

----- Muitos Senhores Deputados Municipais falaram na questão das cheias, a Senhora Deputada Relatora fez um trabalho intenso sobre esta matéria, eu pedia a vossa atenção para o trabalho que está aqui a ser apresentado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)** continuou a apresentar o relatório ‘Cheias em Lisboa’ da 4ª Comissão Permanente da AML: -----

----- “A CML atenta à complexidade e ao estado da rede de drenagem da cidade de Lisboa, em 2004 deu início à realização de estudos com vista à definição de uma estratégia que permitiria elaborar um plano de saneamento adequado às necessidades da cidade.-----

----- A referida estratégia assentou no conhecimento e levantamento exaustivo e contínuo da rede de saneamento e do seu funcionamento, nomeadamente, através da elaboração de um plano de drenagem para a cidade de Lisboa.-----

----- Este plano ficou concluído em 2008 e define as linhas orientadoras de intervenção na rede de saneamento, numa gestão pró-ativa, planeada e sustentada, com benefícios evidentes para a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e para o meio-ambiente. -

----- O Plano de Drenagem caracteriza a rede principal de drenagem no que diz respeito à definição das bacias hidrográficas, às redes domésticas, pluviais e unitárias, sendo uma ferramenta indispensável para ditar as orientações e basear decisões com vista a planear a cidade no horizonte projetado de quarenta anos. -----

----- A cidade de Lisboa enfrenta importantes desafios no que respeita à drenagem de águas residuais, sendo que parte considerável da rede encontra-se envelhecida, o sistema recebe águas residuais dos concelhos vizinhos, os coletores são maioritariamente unitários ou comportam-se como tal e as marés do Tejo condicionam as descargas e afluem ao sistema. -----

----- Entre outras e para a resolução dos problemas, o Plano Geral de Drenagem preconiza algumas soluções que se baseiam, entre outros, nos seguintes princípios de referência:-----

----- Interceção e tratamento completo das águas residuais domésticas e industriais, antes da descarga dos caudais pluviais no estuário do rio Tejo; -----

----- Separação tendencial, quando possível, das redes de águas residuais e de redes de águas pluviais;-----

----- Adoção de soluções de “controlo na origem” de águas pluviais; -----

----- Criação de volumes de reserva de águas pluviais, em locais estratégicos; -----

----- Gestão das infraestruturas em tempo real.-----

----- A execução do PGD exige, desde logo, uma aproximação estratégica na ótica do planeamento. As grandes opções previstas no Plano carecem de concretização adaptada ao território concreto, sendo necessário articulá-las com os instrumentos de gestão territorial aprovados ou a aprovar, bem como com as demais operações a desenvolver. O investimento estimado à concretização do Plano ascende a um valor superior a 170 milhões de euros por um período de 12 anos, que visa aumentar a área servida e melhorar significativamente o desempenho da rede, designadamente através de uma alteração da sua tipologia, de um aumento da sua capacidade de escoamento ou de uma melhoria da sua capacidade de autolimpeza. -----

----- Em face do exposto a Comissão vem recomendar à CML que:-----
----- Dê início à implementação das soluções preconizadas no Plano Geral de Drenagem de Lisboa e pelas ações que apresentem um custo/benefício melhor para a cidade;-----
----- Equacione candidaturas e financiamentos no âmbito do Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos ou outros programas aplicáveis com vista à implementação do Plano Geral de Drenagem de Lisboa;-----
----- Defina uma estratégia de comunicação eficaz que permita informar os munícipes e visitantes da cidade sobre os constrangimentos a criar pela realização das obras preconizadas no Plano;-----
----- Promova um plano de limpeza das sarjetas e sumidouros em coordenação com as Juntas de Freguesia para que se garanta atempadamente a respetiva limpeza, quer nas áreas de intervenção das Juntas de Freguesia, quer nos espaços estruturantes a cargo da CML.-----
----- Promova a limpeza e manutenção regulares da rede de coletores com vista a melhorar a eficiência e a eficácia da exploração do sistema de drenagem;-----
----- Elabore um Plano Local de Emergência para fazer face a situações de inundações envolvendo todas as entidades que prestam apoio e socorro em situações desta natureza, incluindo formação às Juntas de Freguesia, por forma a garantir uma intervenção mais rápida e coordenada;-----
----- Proceda ao mapeamento de todos os sumidouros, valetas e sarjetas e que os mesmos possam estar devidamente assinalados e identificáveis em situação de inundação, por forma a garantir uma maior rapidez de atuação dos serviços;-----
----- Proceda à atualização do cadastro, já que a dimensão e complexidade do sistema de drenagem exigem uma atitude de permanente recolha de dados;-----
----- Dê conhecimento do estudo geológico realizado pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil para avaliar o impacto da construção da CRIL nas frequentes inundações que ocorrem na freguesia de Benfica, em Lisboa. Este estudo foi solicitado pelo Município de Lisboa no final de Abril de 2011;-----
----- Faça cruzar o Plano Geral de Drenagem com os instrumentos de gestão territorial vigentes e em elaboração e demais planos sectoriais, por forma a melhor aproveitar a execução de ações para corrigir eventuais deficiências pontuais;-----
----- Considere incentivar a permeabilização de zonas já impermeabilizadas, assim como o recurso a técnicas e produtos de construção economizadores de energia ou catalisadores de energias limpas através de reduções de taxas e ou compensações pelo sistema de créditos previsto no Regulamento do Plano Diretor Municipal de Lisboa e desenvolvido no Regulamento Municipal do Sistema de Incentivos a Operações Urbanísticas com Interesse Municipal.”-----
----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:-----
----- “Senhores Deputados Municipais a Senhora Relatora acabou de nos apresentar um conjunto de doze recomendações da maior importância, que a 4ª comissão dirige à

CML e que, naturalmente, para serem validadas como recomendações da Assembleia Municipal terão que ser votadas por esta Assembleia Municipal. -----

----- Vamos passar a dar a palavra às intervenções e depois, alerta desde já, no final irei pôr à vossa votação estes doze pontos das conclusões do relatório da 4ª Comissão.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal António Ferreira de Lemos (CDS-PP)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “O CDS congratula-se pelo consenso obtido na 4ª Comissão de ambiente e qualidade de vida e que consta do relatório final que aqui nos foi agora apresentado. ---

----- Como previsto no Plano Geral de Drenagem de Lisboa é absolutamente necessário modernizar o sistema de drenagem da cidade e colocar a tónica do Executivo camarário na sua concretização, embora como aliás aqui também foi referido, faseada ao longo dos próximos anos, mas com uma prioridade relevante.-----

----- Não é mais possível, voltarmos às inundações sistemáticas que afogaram Lisboa nos passados meses de Setembro e outubro do ano passado e diria que é caso para dizer e vou dizer, mais uma vez temos que viver uma vida desafogada. Com esta frase pretendo insistir na necessidade de rever, para fazer uma revisão e concluir o Plano Geral de Drenagem de Lisboa cuja adjudicação em 2006, como aqui também ouvimos, só foi aprovada em 2008 e já lá vão sete anos em que nada se fez e a população de Lisboa foi por diversas vezes confrontada com problemas graves de inundações nas zonas centrais de Lisboa, com prejuízos enormes para a economia da cidade e também para a segurança dos residentes e visitantes.-----

----- Este Executivo, agora rejuvenescido e retocado, não pode continuar a adiar a resolução deste problema e o programa de ação lançado pelo anterior Presidente da Câmara, pura e simplesmente é inexistente. -----

----- Gostaria de saudar a Comissão do Ambiente e Qualidade de Vida, o seu Presidente e em particular a Senhora Deputada Municipal, nossa colega, Deputada relatora Inês Drummond, pela forma clara e abrangente, quer a nível político quer ao nível técnico, como apresentou o relatório, a análise, as recomendações e as conclusões.-----

----- Após este relatório não é possível o Executivo não pôr mãos à obra e executar o projeto, construção e exploração da infraestrutura com a melhor relação custo/benefício, como aliás também foi aqui referido. -----

----- É também urgente considerar os elevadíssimos custos atuais de manutenção de equipamentos, que já estão obsoletos e que com uma utilização de mais de quatro décadas de uso.-----

----- Para terminar Senhora Presidente, o Executivo é responsável pela hierarquia das prioridades que se encontram muito bem explicitadas no relatório da comissão, há agora que hierarquizá-las e executá-las.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Modesto Navarro (PCP)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “É para dizer Senhora Presidente que estamos de acordo com o relatório e com as recomendações. -----

----- Nós no ano passado assistimos a situações muito graves, não propriamente próximas daquelas que já aconteceram na área metropolitana. Eu gostaria que a comissão pudesse ter acesso a um trabalho que foi realizado no âmbito da Assembleia Metropolitana e da Junta Metropolitana ainda, porque já foi há alguns anos, sobre esta situação mas no âmbito da área metropolitana, porque valeria a pena cruzá-lo também com este relatório e com as recomendações que são feitas. -----

----- Nós vivemos em 2014 situações muito graves, que eram resultado da expectativa de venda da rede em baixo à EPAL, portanto, houve falta de acompanhamento e surgiram situações brutais que felizmente não foram tao graves quanto poderiam efetivamente ter sido. Portanto, o que tem que haver por parte da CML é antecipação, tem que haver limpeza e aí é articulação com as juntas de freguesia, como se diz no ponto quatro das recomendações, criar condições efetivamente para prever as situações, para que não voltem a acontecer os desastres que já aconteceram, e portanto, tomar medidas de fundo em relação à execução do Plano Geral de Drenagem de Lisboa e de outros instrumentos para resolver estes problemas. -----

----- Salientamos ainda o ponto 12 sobre a questão de incentivar a permeabilização de zonas já impermeabilizadas. De facto isto tem sido uma constante na cidade de Lisboa e sabemos também que tudo isto ajudou à criação de situações difíceis para a população da cidade. -----

----- E é regozijarmo-nos de facto com este relatório e com as propostas da recomendação e agora falta efetivamente que a Câmara se torne operacional e resolva antecipadamente os problemas que se colocam à cidade.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente** fez a seguinte intervenção: -----

----- “Queremos em primeiro lugar valorizar o trabalho feito pela comissão, pela Senhora Deputada Municipal Inês Drummond. -----

----- Referir que se percebe pelo trabalho e pelas reuniões que foram tidas, que alguns mitos também caem, do ponto de vista daquilo que são as primeiras perceções que se têm quando se aborda estas matérias. -----

----- Referir que a CML está muito atenta a este tema, e portanto, recebe com enorme prazer as conclusões e o relatório propriamente dito que foi produzido pela comissão. -

----- Importa só fazer duas referências. Em primeiro lugar recordar, que nunca é demais recordar, que houve aqui um atraso também no desenvolvimento deste plano, que também se deveu ao facto da indefinição daquilo que era o futuro da rede de saneamento em baixa na cidade de Lisboa. Portanto, que só recentemente em Novembro de 2014 ficou claro por parte deste Governo não havia qualquer interesse em que a EPAL recebesse esta mesma rede de saneamento e que fechasse o ciclo da água, que obrigou de alguma maneira que o município tivesse de se adaptar à contingência, apesar desta proposta de fechar o ciclo da água estava prevista naquilo que é o próprio programa do Governo e daquilo que eram recomendações existentes em relação a essa matéria. -----

----- Dizer também, que também indo ao encontro daquilo que é a expectativa que aqui está expresso neste relatório, a Câmara Municipal de lá para cá não só, no fundo, constituiu uma equipa de trabalho que também foi ouvida por esta comissão para

rapidamente promover a implementação do Plano Geral de Drenagem, preparar as candidaturas ao POSEUR e a outros programas eventualmente aplicáveis, como recentemente a Câmara Municipal, nomeadamente em Março deste ano, solicitou em reunião de Câmara autorização para adjudicação da reavaliação do estudo do plano de drenagem, tendo em conta por um lado, aquilo que é a necessária reavaliação que o plano deve ter nomeadamente após cinco ou seis da aprovação do plano original. Também o facto de a SIMTEJO ter instalado novos equipamentos de medição de caudais e precipitação, que também por essa natureza, pode dar origem à atualização da informação que constava do mesmo plano de drenagem. -----

----- Portanto, dizer que é compromisso da Câmara Municipal que até Junho haja essa reavaliação, que nos permita obviamente acelerar a implementação do mesmo plano, e portanto, também é em bom tempo que esta recomendação e este relatório surge na Assembleia Municipal.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)** fez a seguinte intervenção: -----

----- “De facto, com este estudo que foi feito pela comissão, pudemos chegar à conclusão que na cidade de Lisboa ocorrem com frequência inundações urbanas, que estão sobretudo relacionadas com os aspetos físicos da cidade. Com o relevo e as bacias de drenagem, com a malha urbana, com os tipos de vias que temos, também com a antiguidade da rede de drenagem cuja idade média é de 56 anos e com a elevada impermeabilização do solo, resultado de políticas, enfim, menos corretas de ordenamento do território que foram tidas ao longo de décadas, nomeadamente com a construção em leitos de cheias. -----

----- Na sua grande maioria estas inundações na cidade de Lisboa ocorrem no Outono e são consideradas rápidas, por se formarem de facto em poucas horas ou até em poucos minutos. -----

----- As zonas mais sensíveis às inundações são as que se encontram de facto a baixa altitude, como é o caso da frente ribeirinha, onde a exposição às marés associada ao assoreamento dos coletores, provoca um mau funcionamento da rede de drenagem. As zonas terminais das antigas linhas de água em praças ou ruas recetoras de escoamento, dispostos perpendiculares às antigas linhas de água. As zonas onde a dimensão dos coletores se encontram desajustadas das reais necessidades urbanísticas. E as zonas onde não terá eventualmente existido, uma atempada limpeza ou desentupimento ou até tenha ocorrido algum assoreamento nas valetas ou sumidouros. E obviamente artificialmente deprimidas, onde se construíram túneis, viadutos ou até parques de estacionamento e que acabam por funcionar como diques. -----

----- Obviamente que chegámos também à conclusão que o ciclo das marés é também um fator determinante nas inundações, sobretudo na zona da frente ribeirinha, quando a chegada das águas a esta zona da cidade é coincidente com a preia-mar, e ou com os fenómenos de acentuada precipitação e agitação marítima o que pode provocar o efeito de tampão do escoamento em direção ao Tejo. -----

----- Ora é precisamente esta conjugação de fatores que determina a magnitude das inundações e a duração das mesmas nestas zonas da cidade. -----

----- Quando se registam inundações em Lisboa por norma os volumes de água não são muito grandes, apesar de serem os suficientes para provocarem o alagamento de habitações, estabelecimentos comerciais e condicionarem a circulação de transportes públicos, provocando algum caos em determinadas zonas da cidade. -----

----- Chegámos à conclusão também que o sistema de drenagem da cidade de Lisboa não consegue evitar situações deste género. O sistema de drenagem para além de muito antigo, uma vez que mais de 50% dos troços tem mais de quarenta anos, apresenta também elevada complexidade, atentos diferentes tipos de rede em presença e as diferentes secções de escoamento, os componentes e as condições de escoamento, não existindo uma rede de monitorização apropriada que permita um acompanhamento do comportamento hidráulico do sistema. -----

----- Analisadas as causas das inundações registadas em Lisboa em Setembro e Outubro de 2014, conclui-se que as mesmas estão diretamente relacionadas com a precipitação absolutamente anormal registada nos dias e horas em causa, que coincidiu com os períodos da preia-mar. -----

----- Salienta-se, e é aqui também importante salientar o papel dos presidentes de junta, ou melhor, das juntas de freguesia que por via da delegação da reforma administrativa da cidade, passaram a ter competência na limpeza dos sumidouros. Registámos em plena comissão que todas as juntas de freguesia afirmaram ter as sarjetas limpas, o que de facto é um ponto positivo da reforma administrativa. No entanto salientar, conforme também foi recomendado, a importância de se elaborar um plano que permita garantir que isto é tudo limpo na cidade, de forma uniforme a dar uma resposta importante na cidade. -----

----- Com a implementação do plano, será assim possível minimizar os impactos das inundações na cidade, no entanto este é um fenómeno que continuará a poder trazer alguns problemas à cidade. Numa cidade urbanizada e com elevados níveis de impermeabilização, as obras previstas no plano, serão na melhor das hipóteses um grande contributo para que situações como estas que se têm verificado possam diminuir drasticamente. -----

----- A cidade ao dispor de um plano de drenagem, que agora como disse o Senhor Vereador há poucos minutos, estará concluída a sua revisão em Junho deste ano. Assim que estiver passamos a dispor de um plano coerente e atualizado, que dotará a cidade de uma estratégia de atuação e evolução em termos de planeamento, projeto, construção e exploração das infraestruturas, tendo em vista a redução do risco de inundações na cidade, poluição e contaminação do estuário do Tejo, com custos mínimos em termos económicos, sociais e ambientais. -----

----- Em relação a uma série das recomendações que forma feitas pela comissão, apraz-me registar que a Câmara já hoje aqui nos disse hoje, pela voz do Senhor Vice-Presidente, que está em condições de cumprir e executar essas recomendações, o que é muito importante para a comissão esta garantia de trabalho em conjunto.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados Municipais chegámos então ao momento da apreciação final deste relatório que passará, naturalmente, por pôr à vossa consideração em termos de votação os doze pontos que constam da conclusão do relatório, páginas 28 e 29, e que foram aqui amplamente explicitados pela Senhora Relatora.-----

----- Portanto, pergunto se alguém pede a votação em separado de algum ponto?-----

----- Ninguém pede a votação em separado, vamos então votar sobre a forma de recomendação à Câmara os doze pontos, que constam da página 28 e 29 do relatório da 4ª comissão, sobre as cheias em Lisboa.-----

----- Senhores Deputados Municipais estamos em votação, pedia a vossa atenção. Senhores Deputados Municipais pedia que estivessem nos vossos lugares e que não houvesse... Senhores Assessores não podem estar na sala do Plenário no momento da votação, peço desculpa.-----

----- A Mesa vai pôr à votação as **Recomendações da 4ª Comissão Permanente da AML contidas no relatório ‘Cheias em Lisboa’**. As Recomendações da 4ª Comissão do relatório ‘Cheias em Lisboa’ foram **aprovadas por unanimidade e aclamação**.-----

----- Uma Declaração de Voto da Bancada Municipal do PSD.-----

----- Eu sugiro que seja por aclamação porque esta é uma matéria da maior importância e eu acho que a Assembleia Municipal tendo votado por unanimidade, pode aclamar o trabalho que a comissão fez.-----

----- E vamos certamente estar atentos à capacidade da Câmara de agora executar este conjunto forte e difícil de recomendações.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Azevedo (PSD)** apresentou posteriormente a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “***O Grupo de Lista do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa, apresenta a seguinte Declaração relativamente ao seu Voto Favorável na Recomendação n.º 4/64 da 4ª Comissão Permanente Municipal de Ambiente e Qualidade de Vida, submetida a Plenário da Assembleia Municipal na sessão de 21 de Abril de 2015 e aí acolhida por Unanimidade, relativa ao Parecer/Relatório sobre Cheias em Lisboa: Causas das sistemáticas inundações que assolam a cidade, produzido em resposta ao Requerimento n.º 9/PPDPSDAML/2014 de 140UT14.***-----

----- 1. ***O Grupo Municipal do PPD/PSD votou FAVORAVELMENTE a Recomendação em epígrafe, por considerar que o estudo da problemática subjacente e a composição do correspondente Relatório foram-no de forma tão exaustiva quanto apropriado ao contexto e natureza da inquirição e porque inclui um conjunto de preceitos e sugestões de relevância para a definição causal e promoção de ações corretivas adequadas.***-----

----- 2. ***No entanto, entende que não foram totalmente aprofundadas as causas que determinaram insuficiente ou inexistente manutenção e reabilitação preventiva da rede de coletores, assim como quanto à intensiva impermeabilização dos solos perpetrada em anos recentes. Pelo contrário, o Relatório realça pretensas alterações climáticas ou climatéricas como a causa principal das inundações em Lisboa, atribuindo aos Céus ao que a incúria melhor corresponderia.***-----

- 3. Efetivamente, a Apresentação do Departamento de Hidráulica e Ambiente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil efetuada em 27 FEV 15 nas instalações da Assembleia Municipal de Lisboa é clara ao encontrar a rede de coletores antiga e deteriorada, com insuficiente manutenção e reabilitação preventiva e relevando a necessidade de monitorização do funcionamento da rede e até, nalguns casos, a renaturalização do ciclo da água.-----
- 4. O Decreto-Lei n.º 194/2009 procedeu à revisão do regime jurídico dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de resíduos urbanos, atribuindo aos municípios, isoladamente ou através de associações, a titularidade e responsabilidade pela gestão adequada dos respetivos sistemas. -----
- 5. Desde as Eleições intercalares de 2007, a Câmara Municipal nada mais fez em termos de implementação do Plano de Drenagem desculpando-se com a expectativa da alienação do sistema em baixa à EPAL, entidade que aliás sempre esteve pouco recetiva à sua aquisição, dada a necessidade conhecida de injeção urgente de elevados montantes para a concretização do Plano.-----
- 6. Também desde MAR 08, data em que foi finalmente aprovado o início do desenvolvimento da solução e ate DEZ 14 a Câmara continuou a nada fazer e apenas perante as cheias repentinas que conseqüentemente assolaram Lisboa, designou um Grupo de Trabalho para proceder à execução das soluções preconizadas no Plano, mas que hoje se encontra ainda em reavaliação. -----
- 7. O presente Relatório é contraditório na sua formulação, pois reconhecendo embora que a cidade deve ser planeada perante o Plano de Drenagem e que numa rede extensíssima de 1440 km, com 173 coletores de maior ou máxima dimensão, não se efetuaram nos anos recentes intervenções essenciais que foram meramente reativas em vez de proactivas, declara que as inundações urbanas são reflexo direto da expansão do território e conseqüente impermeabilização do solo, com rápido escoamento superficial e concentração das águas em áreas deprimidas. Como se a expansão urbana tenha de provocar forçosamente escoamento superficial quando será evidente que para o evitar, bastará uma gestão territorial adequada e capacidade de drenagem suficiente. -----
- 8. A causa primária das inundações será assim a impermeabilização do solo, mas a sua persistência deverá ser encontrada no mau funcionamento e subdimensionamento dos sistemas de drenagem, na artificialização da superfície topográfica sem sistemas seguros de escoamento gravimétrico e em entupimentos ou deficiências de vazão, todas conseqüência de má gestão e de nulas ou residuais ações de manutenção preventiva recentes. -----
- 9. Conclui-se também que a dimensão e complexidade do sistema exigiriam a permanente recolha de dados, aferição dos resultados e diagnóstico de desempenho, sendo o modelo matemático utilizado na conceção do Plano de Drenagem por demais simplificado, com análise apenas parcial do comportamento hidráulico da rede principal, baseado como foi na caracterização da rede constante do cadastro da Câmara que está eivada de erros e lacunas. Aliás, ainda hoje a Câmara não dispõe de dados fiáveis quanto à percentagem de cada tipologia do material dos coletores e seu

estado de conservação. Este complexo sistema é portanto parcialmente desconhecido, constituído por redes separativas e unitárias, redes em malha, ramificadas ou mistas, com condições de escoamento variáveis, lentas, rápidas ou influenciadas por assoreamentos e questões de maré. -----

----- 10. *Estes factos levantam fundadas dúvidas quanto à bondade e exatidão da localização das bacias de retenção no Plano de Drenagem, mais ainda quando situadas a jusante dos sistemas, assim como quanto à efetividade de intersecção por estacoes de bombagem, não fiáveis em tempo real.* -----

----- 11. *Menos se justifica aliás que nada tenha sido feito em termos de Plano de Drenagem até ao presente e que foi avaliado em 170 M€, mas que todos os peritos reconhecem que com 30% do investimento, se poderiam obter 70% dos resultados pretendidos.*-----

----- Lisboa, 20 de Abril de 2015 -----

----- Pelo Grupo de Lista do PPD/PSD-----

----- Os Deputados-----

----- Sérgio Azevedo -----

----- João de Magalhães Pereira” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa** continuou a intervenção:-----

----- “Senhores Deputados Municipais terminámos esta sessão.-----

----- Vamos proceder agora às dezoito horas no Foyer grande da Assembleia Municipal ao lançamento do roteiro ‘Lisboa Imigrante’, uma iniciativa do pelouro dos Direitos Sociais da CML, para o qual estão todos convidados.-----

----- Recordo os Senhores Deputados Municipais que nós retomamos os nossos trabalhos aqui às dezoito e trinta, numa sessão separada desta, é uma sessão nova com novas listas de presença, às quais eu peço que estejam atentos e que assinem. Aqueles que vão ficar para a próxima sessão que não deixem de assinar as listas, para não termos depois problemas de faltas que não estão justificadas e que é difícil depois a Mesa dar-lhes cabal justificação ou aceitar.-----

----- Senhores Deputados Municipais muito obrigado e até já.”-----

----- A sessão terminou eram dezoito horas.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE-----